

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CAMPUS ARARANGUÁ**

Janine De Lavechia

**APOIO A INCUBADORAS NO ÂMBITO DAS  
POLÍTICAS RECENTES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E  
INOVAÇÃO**

Araranguá, Dezembro de 2013.

Janine De Lavechia

**APOIO A INCUBADORAS NO ÂMBITO DAS  
POLÍTICAS RECENTES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E  
INOVAÇÃO**

**Trabalho de Conclusão de  
Curso submetido à Universi-  
dade Federal de Santa Cata-  
rina, como parte dos requisitos  
necessários para a obtenção do  
Grau de Bacharel em Tecno-  
logias da Informação e Comu-  
nicação.**

Araranguá, Dezembro de 2013.

Janine De Lavechia

**APOIO A INCUBADORAS NO ÂMBITO DAS  
POLÍTICAS RECENTES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E  
INOVAÇÃO**

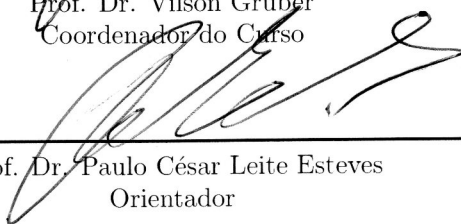
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado aprovado para a obtenção do Título de “Bacharel em Tecnologias da Informação e Comunicação”, e aprovado em sua forma final pela Curso de Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação.

Araranguá, Dezembro de 2013.



---

Prof. Dr. Wilson Gruber  
Coordenador do Curso



---

Prof. Dr. Paulo César Leite Esteves  
Orientador

**Banca Examinadora:**



---

Prof. Dr.ª Solange Maria da Silva  
Presidente



---

Prof. Dr. Fernando Jose Spanhol



Dedico este trabalho a todos aqueles que influenciaram na minha formação acadêmica



## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram de alguma forma na elaboração deste trabalho, especialmente: A Deus, o centro e o fundamento de tudo em minha vida.

Aos meus pais, Ricieri e Tereza, e aos meus irmãos Sander e Ederson, pelo apoio, e pelo companheirismo, que sempre estiveram presentes ao meu lado, apoiando minhas decisões.

Ao meu Orientador Paulo César Leite Esteves, que sempre acreditou em mim, pela paciência, dedicação, incentivo e sabedoria que muito me auxiliou para conclusão deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Ao meu namorado Eduardo, pela dedicação, amor e compreensão, por sempre estar ao meu lado, e me ajudar nos momentos difíceis.

E a todos os meus amigos, professores e funcionários da UFSC que tive o prazer de conhecer durante esses anos de caminhada, e que influenciaram na minha formação.





*Ninguém é tão pequeno que não tenha algo a ensinar, e nem tão grande que não tenha algo a aprender.*

Blaiser Pascal



## RESUMO

Este trabalho faz um estudo sobre as incubadoras de empresas do Estado de Santa Catarina e também faz uma análise sobre as políticas públicas de inovação que contribuíram para o surgimento e crescimento de incubadoras de empresas de base tecnológica. Onde também é apresentado os instrumentos de financiamento que ajudaram as incubadoras surgirem em um número tão grande atualmente. Sendo assim, este trabalho é um estudo predominantemente bibliográfico e documental, ou seja, a fonte documental quando o material consultado é interno à organização, e fonte bibliográfica quando for obtido em bibliotecas ou bases de dados. Foi utilizada também nesta pesquisa, dados secundários, trabalhando com os dados na forma de arquivos, em bancos de dados, e também foi utilizado *sites da web* que foram escolhidos entre as organizações reconhecidas e responsáveis pela divulgação de assunto veiculada em suas páginas.

**Palavras-chave:** Políticas de Inovação, Instrumentos de Apoio a Incubadora, Políticas Recentes em Ciência, Tecnologia, & Inovação.



## ABSTRACT

This paper makes a study on incubators companies in the State of Santa Catarina and also makes an analysis on public policy innovation that contributed to the emergence growth and incubators of technology-based companies. where is also presented the financing instruments that helped incubators emerge in such large numbers today. being well, this is a study and literature predominantly document, ie the source document when the material referred is internal to the organization, and bibliographic source when obtained in libraries or databases. It was also used in this research, Secondary data can work with the data in the form of files, in databases, and was also used sites web that were chosen from recognized organizations and responsible for dissemination of matter conveyed in its pages.

**Keywords:** Innovation Policies, Instruments will support incubators, recent policies on Science, Technology, and Innovation.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Políticas de Inovação.....	41
Figura 2	Resumo das Políticas Públicas.....	54
Figura 3	Setores de atuação das incubadoras brasileiras.....	65
Figura 4	Processo de Incubação.....	66
Figura 5	Incubadoras Ativas no Estado de Santa Catarina.....	69
Figura 6	Incubadoras ativas no Estado de Santa Catarina sem o apoio da FAPESC.....	70
Figura 7	Incubadoras Desativadas no Estado de Santa Catarina.....	70
Figura 8	Incubadoras Ativas do Estado de Santa Catarina.....	81





## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número de incubadoras .....	63
Tabela 2	Número de incubadoras em operação no Brasil no período de 2003 a 2009 .....	74



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

C,T&I	Ciência, Tecnologia e Inovação . . . . .	23
MCTI	Ministério de Ciência e Tecnologia . . . . .	23
C&T	Ciência e Tecnologia . . . . .	23
MPEs	Micro e Pequenas Empresas . . . . .	24
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio á Pequenas Empresas . . . . .	25
IBPT	Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário . . . . .	25
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico . . . . .	27
CELTA	Centro Empresarial de Laboração de Tecnologias Avançadas . . . . .	30
CERTI	Fundação Centro de Referência em Tecnologias Inovadoras . . . . .	30
EBTs	Empresas de Base Tecnológica . . . . .	30
Anprotec	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos . . . . .	32
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comercio Exterior .	35
ICTs	Instituições Científicas e Tecnológicas . . . . .	36
EI	Empreendedores Individuais . . . . .	39
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados . . . . .	40
MGEs	Médias e Grandes Empresas . . . . .	40
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação . . . . .	41
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos . . . . .	41
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . . . . .	41
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	41
ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial . . . . .	41
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	41
Inpi	Instituto Nacional de Propriedade Industrial . . . . .	41
MEC	Ministério da Educação . . . . .	42
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior . . . . .	42
PICE	Política Industrial e de Comércio Exterior . . . . .	42
CNI	Confederação Nacional da Indústria . . . . .	43

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.....	43
CNDI	Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial .....	44
PACTI	Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação .....	45
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento .....	45
SNCTI	Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação ...	45
P,D&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.....	46
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo.....	47
MPMEs	Micro, Pequenas e Médias Empresas .....	47
PBM	Plano Brasil Maior .....	48
ENCTI	Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação..	48
ENCTI	Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação..	49
MD	Ministério da Defesa .....	50
PNI	Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empre- sas e aos Parques Tecnológicos.....	51
EVTE	Viabilidade Técnica e Econômica.....	51
ICTs	Instituições de Ciência e Tecnologia .....	52
SETEC	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação..	52
TI	Tecnologia e Informação .....	53
CONFAP	Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa.....	60
FAPESC	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina.....	60
ReCepet	Rede Catarinense de Entidades Promotoras de Empre- dimentos Tecnológicos.....	68

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	23
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO .....	25
1.1.1 <b>Formulação do Problema</b> .....	25
1.2 OBJETIVOS .....	26
1.3 JUSTIFICATIVA .....	27
1.4 METODOLOGIA .....	27
1.4.1 <b>Questões de Pesquisa</b> .....	28
1.4.2 <b>Tipos de Pesquisa</b> .....	28
1.4.3 <b>Coleta de dados</b> .....	29
1.4.4 <b>Delimitações da Pesquisa</b> .....	30
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO .....	30
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	31
2.1 HISTÓRICO DAS INCUBADORAS DE EMPRESAS .....	31
2.2 DEFINIÇÃO DE INCUBADORAS DE EMPRESAS .....	32
2.3 DEFINIÇÃO DE INOVAÇÃO .....	34
2.4 LEI DA INOVAÇÃO .....	35
2.5 POLÍTICAS DE INOVAÇÃO .....	37
2.6 EMPRESA DE BASE TECNOLÓGICA .....	38
2.7 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS .....	39
<b>3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À INOVAÇÃO</b> ..	41
3.1 POLÍTICA INDUSTRIAL E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PICE) .....	42
3.2 POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMER- CIO EXTERIOR (PITCE) .....	43
3.3 PLANO DE AÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVA- ÇÃO (PACTI) .....	45
3.4 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO (PDP)	47
3.5 PLANO BRASIL MAIOR (PBM) .....	48
3.6 ESTRATÉGIA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (ENCTI) .....	49
3.6.1 <b>O Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos (PNI)</b> .....	51
3.6.2 <b>Programa TI maior</b> .....	53
<b>4 INSTRUMENTOS DE APOIO À INOVAÇÃO</b> .....	55
4.1 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP ..	55
4.2 SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PE- QUENAS EMPRESAS .....	56

4.3	BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO .....	58
4.4	CONSELHO NACIONAL DAS FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA .....	60
4.4.1	<b>FAPESC</b> .....	60
<b>5</b>	<b>INCUBADORA DE EMPRESAS</b> .....	63
5.1	TIPOS DE INCUBADORAS .....	63
5.2	PROCESSO DE INCUBAÇÃO .....	64
5.3	INCUBADORAS EM SANTA CATARINA .....	67
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTAS PARA TRABALHOS FUTUROS</b> .....	73
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	75
	<b>ANEXO A – Anexo</b> .....	81

## 1 INTRODUÇÃO

Um marco na história institucional da Ciência, Tecnologia e Inovação - C,T&I no país foi a criação, em 1985, do Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT no país. Sua criação veio alterar a estrutura do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, criado em 1975. O Ministério da Ciência e Tecnologia passa a operar como órgão central do sistema federal de C&T coordenando os esforços do país para a formação de um Sistema Nacional de Inovação.

Segundo Sbragia e Andreassi (2006)

Sistema Nacional de Inovação pode ser definido como uma rede de instituições públicas e privadas que interagem para promover o desenvolvimento científico e tecnológico de um país. Incluem empresas, dos mais variados tipos, associações empresariais, universidades, escolas técnicas, institutos de pesquisa, governo, agências de fomento e agências reguladoras, num esforço de geração, importação, modificação, adaptação e difusão de inovações tecnológicas.

Sua formulação busca acelerar a melhoria da posição brasileira entre as nações, no que se refere aos índices de promoção e incorporação de inovações pelos seus agentes econômicos e sociais com apoio de programas públicos de crédito visando o aumento da produtividade e competitividade.

Porém, nem toda mudança é uma inovação. O inovador sempre busca novas formas de fazer. A Inovação é o conjunto de atividades de um processo que se desenvolve desde o nascimento de uma ideia até a sua comercialização. São etapas científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e comerciais que conduzem, ou visam conduzir, a implementação de inovações (JUNIOR et al., 2012).

É preciso compreender que a cultura de inovação e a necessidade de ambientes e contextos que a favoreça resulta em experiências bastante positivas quando bem direcionada. Além disso, desenvolver capacidades de proatividade, liderança, e poder de decisão é de fundamental importância para que se crie, cultive, e prospere uma cultura de inovação. Desta maneira, o processo realizado pelas incubadoras de empresas torna-se um fator indispensável para que se criem contextos favorecedores (LABNITA, 2013).

Atualmente, no meio de tantas Micro e Pequenas Empresas -

MPEs existentes é necessário que o empreendedor além de ter uma empresa bem planejada, desenvolva algo inovador, seja produto, serviço, algo que chame a atenção do usuário final. Porém, para se conseguir esse diferencial no mercado hoje em dia, não é uma tarefa tão fácil quanto parece.

Para Junior et al. (2012) a inovação é vista como algo novo, só ocorre com aplicação efetiva e resultados tangíveis. Mudança está associada à inovação. Por exemplo: produtos ou processos novos ou significativamente melhorados que mudam fundamentalmente usos e aplicações, formas de operações introduzidas por novas tecnologias, alterando o nível de qualidade dos produtos e reduzindo custos.

Para aumentar as chances de sucesso das MPEs vem sendo criados ambientes especiais que lhes oferecem uma condição diferenciada de competição no mercado. São os designados “*habitats*” da Inovação. Incubadoras e Parques Tecnológicos que as auxiliam a definir com clareza seu plano de negócio e a implementar de forma monitorada suas estratégias de competitividade e inovação.

As incubadoras de empresas desempenham assim, um papel fundamental para as MPEs, pois oferecem um ambiente que estimula a criação e o desenvolvimento para empresas nascentes e em operação, o que também facilita e agiliza o processo de inovação tecnológica (MORAIS; SILVA; OLIVEIRA, 2012).

Segundo a ??), as incubadoras são ambientes com capacidade técnica, gerencial, administrativa e infraestrutura, com o objetivo de amparar o novo empreendedor, disponibilizando espaço apropriado e condições favoráveis para abrigar a sua ideia inovadora e transformá-la em um empreendimento de sucesso.

Para a formação e promoção da inovação é necessário o envolvimento de três elementos, atuando de forma interativa:

- O Governo;
- As Empresas; e
- As Universidades.

A formação e expansão das incubadoras tem sido um instrumento de forte presença no movimento de geração da inovação. Muitos foram os Programas e Instrumentos desenvolvidos por meio de políticas públicas de interação universidade e empresas que contribuíram para a relevância desse instrumento no país.



## 1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

### 1.1.1 Formulação do Problema

Segundo pesquisas realizadas pelo Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio á Pequenas Empresas , afirma que a taxa de mortalidade das microempresas nos primeiros dois anos de vida chega a atingir 27% no país. E em alguns Estados esse percentual chega a atingir 42%, como é o caso de Pernambuco (SEBRAE, 2013c).

Com isso, nota-se que o índice de sobrevivência de novas microempresas inseridas no mercado é um índice baixo. Tendo algumas razões para que isso ocorra de maneira significativa, como é o caso da falta de planejamento estratégico e financeiro. De acordo com o novo estudo feito pelo IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário), 42% da mortalidade das micro e pequenas empresas são causadas pela falta de planejamento.

Uma pesquisa realizada pelo Sebrae (2013c) no país entre agosto de 1998 e junho de 1999, foram encontradas três causas decisivas para a falência das MPEs nos seus primeiros anos de vida:

- O porte do empreendimento: O percentual de pequenas empresas era superior ao das extintas, já nas microempresas o percentual das empresas extintas superou o das empresas em atividades;
- Experiência do empreendedor: Quanto maior o conhecimento do empreendedor e as experiências que ele tem no ramo da empresa, maiores a chance de sucesso;
- Dedicção exclusiva ao negócio: Quanto mais o empresário se dedicar exclusivamente ao seu negócio, tem maior chance de sucesso, do que um empresário que possui outra ocupação e que de mais atenção (SEBRAE, 2013c).

A criação de mais incubadoras de empresas pode melhorar os problemas apontados, pois assim, antes da empresa ser criada, ela é “incubada” e assim todos os problemas diagnosticados serão resolvidos para que a mesma tenha sucesso assim que sair da incubação.

Atualmente, percebe-se cada vez mais que uma parte destas micro e pequenas empresas, antes de serem criadas, procuram algum programa de incubação, ou seja, tentam ingressar em uma incubadora que se caracterize com a sua idéia de empresa (MACEDO, 2003).

Uma incubadora proporciona um espaço, para as empresas desenvolverem suas propostas sendo que, muitas vezes, está localizada

dentro ou nas proximidades de instituições de ensino superior. As empresas incubadas podem usufruir da infraestrutura física e de serviços que a incubadora pode oferecer, como também na parte de administração e gerência. Na maioria dos casos os serviços prestados à empresa terá um custo menor do que o cobrado pelo mercado e, em algumas incubadoras não haverá custo algum.

Mas para criar uma incubadora precisam-se conhecer as políticas públicas de apoio à inovação existente. As políticas públicas que visam capacitar e incorporar recursos humanos à inovação são restritas, pois estão direcionadas à formação e retenção de talentos no Brasil (CNI, 2005).

Neste presente trabalho, pretende-se analisar o processo de criação e implantação das incubadoras da região de Santa Catarina. Nesse contexto procura-se descrever as características das políticas de inovação existentes, buscando a resposta para o seguinte problema de pesquisa:

Qual a importância das políticas públicas de inovação para a formação da rede de incubadoras no estado de Santa Catarina?

## 1.2 OBJETIVOS

A pesquisa objetiva o estudo do apoio que as incubadoras podem obter através das políticas públicas.

- **Geral**

Analisar as políticas públicas utilizadas para a formação de incubadoras de empresas de base tecnológica no estado de Santa Catarina, identificando a sua importância no processo de criação e manutenção da incubadora.

- **Específicos** Visando-se atingir o objetivo principal, alguns objetivos específicos são requeridos, entre eles:

1. Situar historicamente o surgimento de incubadoras no Brasil.
2. Analisar a formação da rede de incubadoras no estado de Santa Catarina.
3. Analisar a importância das políticas públicas de inovação na estruturação da rede.
4. Identificar os instrumentos de financiamento utilizados para formação da rede de incubadoras.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Com o crescente número de incubadoras no Brasil, é necessário conhecer e utilizar diversos mecanismos de fomento e financiamento para viabilizar as condições principais para o suporte de empresas tecnológicas em uma incubadora de empresas.

No Brasil as incubadoras têm história recente, por iniciarem nos anos de 1980 com a iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq onde passou a ter a noção de empreendedorismo inovador no Brasil. Atualmente as incubadoras estão focadas nos setores intensivos em conhecimento científico-tecnológico como na área de informática, biotecnologia e automação industrial, o que as caracterizam de incubadoras de base tecnológica, ou seja, tem a proposta de criação de empresas com um potencial para levar ao mercado novas ideias e tendências tecnológicas (ANPROTEC, 2012).

A justificativa se faz pela importância crescente das Incubadoras como instrumentos do processo de desenvolvimento da competitividade das empresas.

Os *habitats* de inovação surgiram com a demanda de ciência e tecnologia e criaram ambientes favoráveis ao estímulo à pesquisa de novos produtos. Os *habitats* de inovação têm suas raízes na Universidade de Stanford, fundada em 1 de outubro de 1891, na Califórnia, na região que viria a se tornar famosa sob o nome de Vale do Silício. Vale a pena destacar que nesses *habitats* estão constituídos as incubadoras de empresas, os parques e pólos tecnológicos e as tecnópolis (GONÇALVES, 2006).

A pesquisa é importante, no sentido de que através dela será possível compreender a relevância da utilização das políticas públicas para a formação das incubadoras de empresas, assim como suas vantagens e por que utilizá-la.

As Incubadoras vêm representando um importante movimento de geração de renda e emprego ao propiciar o surgimento de empreendimento de base tecnológica que levam ao mercado produtos e serviços de alto valor agregado.

### 1.4 METODOLOGIA

Neste capítulo será apresentada a metodologia utilizada no desenvolvimento do trabalho para atingir o objetivo geral e objetivos específicos, detalhando as questões de pesquisa, tipos de pesquisa, deli-

mitações e coleta de dados.

### 1.4.1 Questões de Pesquisa

Como justificado o tema da pesquisa é de alto interesse econômico e social e a proposta é contribuir para um melhor entendimento sobre a formação, classificação, tipos de incubadoras, e as políticas e instrumentos de apoio das quais se utilizam, somando o estudo ao conjunto de conhecimentos científicos sobre o tema.

Assim se formulou a pergunta de pesquisa: Qual a importância das políticas públicas de inovação para a formação da rede de incubadoras no estado de Santa Catarina?

Para o atingimento dos objetivos propostos foram formuladas algumas questões que serão descritas ao decorrer do trabalho como:

Quais as características que conformam as classificações e que classificações são utilizadas para análise de incubadoras?

### 1.4.2 Tipos de Pesquisa

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo predominantemente bibliográfico e documental, e de cunho qualitativo. Gil (2010), afirma que a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado e na maioria das vezes já impresso, como leis, livros, revistas, jornais. Para Cervo, Bervian e Silva (2007), pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema.

A pesquisa documental apresenta muitos pontos de semelhança com a pesquisa bibliográfica, posto que nas duas modalidades utilizam-se dados já existentes. A principal diferença está na natureza das fontes. O que geralmente se recomenda é que seja considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização, e fonte bibliográfica quando for obtido em bibliotecas ou bases de dados (GIL, 2010).

Segundo Dantas e Calvacante (2006):

A pesquisa qualitativa tem caráter exploratório, isto é, estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Mostra aspectos subjetivos e atinge motivações

não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. É utilizada quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação. É uma pesquisa indutiva, isto é, o pesquisador desenvolve conceitos, idéias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, ao invés de coletar dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos pré-concebidos .

A metodologia agregada inicialmente ao trabalho foi através de uma análise de conteúdo, buscando descrever cada uma das políticas públicas de apoio a inovação, onde foi possível a análise de alguns assuntos específicos relacionados a incubadoras e também sobre os instrumentos de apoio á inovação, e segundo Marconi e Lakatos (2010) a mesma permite que a descrição seja objetiva e quantitativa do conteúdo.

### 1.4.3 Coleta de dados

Segundo Gil (2010), após a exposição dos objetivos a serem atingidos com a pesquisa bibliográfica e documental, é necessário identificar as fontes. Assim adotam-se (1) livros de referência; (2) periódicos científicos; (3) teses; (4) dissertações e; (5) *sites Web*, que foram escolhidos entre as organizações reconhecidamente competentes e responsáveis pela divulgação de assuntos veiculados em suas páginas *Web*.

Os dados coletados podem ser de dois tipos: primários e secundários. Segundo Diehl e Tatim (2004) as técnicas de coleta de dados devem ser escolhidas e aplicadas pelo pesquisador conforme o contexto da pesquisa, porém deve-se ter em mente que todas elas possuem qualidades e limitações. As informações podem ser obtidas por meio de pessoas, consideradas fontes primárias, já que os dados são colhidos e registrados pelo próprio pesquisador. As principais técnicas de coleta desse tipo de dados são a entrevista, o questionário, o formulário e a observação.

Já os dados secundários, estes não são criados pelo pesquisador e é possível trabalhar com os dados na forma de arquivos, em bancos de dados, e índices ou relatório e fontes bibliográficas (DIEHL; TATIM, 2004). Os dados coletados na pesquisa foram os dados secundários, ou seja, foram obtidos na bibliografia geral disponível sobre as incubadoras.

#### 1.4.4 Delimitações da Pesquisa

O trabalho delimita o objeto de estudos considerando-se (2) aspectos: (1) as políticas públicas de inovação que atuam no âmbito nacional, e (2) que apóiam as incubadoras de empresas de base tecnológicas.

A partir destes critérios, inicialmente, foi identificada a incubadora CELTA (Centro Empresarial de Laboração de Tecnologias Avançadas) onde a fundação CERTI (Fundação Centro de Referência em Tecnologias Inovadoras) assumiu o desafio de criar, em Florianópolis, a primeira incubadora empresarial tecnológica do país a entrar em operação, em 1986. Já no ano de 1995, o CELTA muda-se para o Parque Tecnológico Alfa, e passou a desenvolver um trabalho especializado na gestão de empresas de base tecnológica (EBTs) incubadas (??).

### 1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O documento está dividido em 6 capítulos. No primeiro capítulo é apresentado o projeto, expondo uma breve contextualização e apresentando a problemática vislumbrada, assim como os objetivos geral e específicos.

O **Capítulo 2** descreve o embasamento teórico necessário para o entendimento do trabalho realizado, trazendo conceituações clássicas sobre incubadoras de empresas com seu histórico, definição de inovação, ilustra também a Lei da Inovação e outros temas relacionados.

O **Capítulo 3** apresenta em forma de linha do tempo as políticas públicas de inovação que apoiaram e apóiam a criação de incubadora de empresas.

O **Capítulo 4** descreve os dois maiores instrumentos de apoio à inovação que as incubadoras de empresas podem obter para a sua criação e manutenção.

O **Capítulo 5** apresenta assuntos relacionados às incubadoras de empresas, descrevendo seus tipos e apresentando o processo de incubação, e por fim é explanado as incubadoras de Santa Catarina.

O **Capítulo 6** apresenta as conclusões da pesquisa e estabelece uma reflexão final com vistas a trabalhos futuros que possam trazer contribuições.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme Marconi e Lakatos (2010), o referencial teórico pesquisado “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente”, propiciando “o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Desta forma, o seguinte objetivo é perseguido com o levantamento do referencial teórico:

- Compreensão dos estudos efetuados sobre o tema e suas principais ramificações: com este objetivo, pretende-se determinar pontos em comum, que fortalecem a teoria, neste caso, relacionada às Incubadoras vistas como “*habitats* de inovação” que oferecem apoio administrativo e assistência tecnológica às MPEs inovadoras conferindo produtividade e competitividade.

Com o intuito de um maior entendimento deste trabalho por parte do leitor, segue abaixo algumas definições de autores, estudiosos e instituições renomadas que tratam os principais temas utilizados neste trabalho.

### 2.1 HISTÓRICO DAS INCUBADORAS DE EMPRESAS

A primeira experiência como incubadora de empresas surgiu nos anos de 1938, nos Estados Unidos em um cenário de dificuldades econômicas provocado pela quebra da bolsa de valores de Nova York. Tem como exemplo o trabalho inovador dos estudantes da Universidade de *Stanford*, cujos sobrenomes se consolidaram como destaque no mundo empresarial: *Hewlett* e *Packard*, com a criação da HP, com o apoio de ações conjuntas desenvolvidas pelo governo, indústria e instituições (MORAIS; SILVA; OLIVEIRA, 2012).

Outra experiência importante na história da criação de incubadoras aconteceu, no final da década de 1950, quando a fábrica da Massey Ferguson (indústria de tratores) uma das maiores indústria de Nova York, fechou e deixou um grande número de residentes do Estado de Nova York desempregados e deixando também um espaço coberto de quase 80.000 m<sup>2</sup> parado. Assim no meio dessa situação caótica, Joseph Mancuso, de uma família rica, tentou modificar esse caótico quadro econômico da região e sua intenção era arrendar o espaço deixado pela

indústria falida a outra empresa que pudesse empregar a população e movimentar o mercado daquela região. Por volta de 1959, a família de Mancuso desistiu dessa idéia e resolveu dividir o terreno para que várias pequenas empresas pudessem utilizar o espaço. Alguns serviços também seriam oferecidos e compartilhados pelas empresas. E se deu o nome ao prédio de “Incubadora”, pois um aviário foi uma das primeiras empresas a se hospedar nesse espaço (CARVALHO; DIAS, 2002).

Em 1980, cerca de 12 incubadoras de empresas estavam operando nos Estados Unidos - todas elas no Nordeste industrial, que tinha sido duramente atingida por fechamento de fábricas na década anterior (NBIA, 2013).

Na década de 1970, na região do Vale do Silício, nos Estados Unidos, as incubadoras surgiram como meio de incentivar universitários recém-formados a desenvolver suas inovações tecnológicas e explorar o espírito empreendedor, que eram vinculadas às universidades e a centros de pesquisas da região, que ofereciam aos jovens empreendedores oportunidade de iniciarem suas empresas balizadas em inovação e conhecimento técnico (MORAIS; SILVA; OLIVEIRA, 2012).

No Brasil, as primeiras incubadoras de empresas surgiram a partir da década de 1980 com o apoio do professor Lynaldo Cavalcanti, na época era o presidente do CNPq, porém as incubadoras só vieram a ser consolidadas no ano de 1987 junto com a criação da ANPROTEC (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos) em um Seminário Internacional de Parques Tecnológicos, no Rio de Janeiro (STAINSACK, 2003).

## 2.2 DEFINIÇÃO DE INCUBADORAS DE EMPRESAS

As incubadoras são mecanismos utilizados para promover e estimular a criação de micro e pequenas empresas. Para Moraes, Silva e Oliveira (2012) a palavra incubadora se refere ao local especialmente concebido para proporcionar ao recém-nascido as condições ideais para se adaptar ao ambiente externo e analogamente, as Incubadoras de empresas oferecem suporte para as funções vitais dos projetos empreendedores. Esse local visa oferecer:

- Espaço físico;
- Infraestrutura operacional, administrativa e técnica;
- Orientações;



- Capacitações gerenciais;
- Assessoria para desenvolvimento dos produtos e serviços.

O alicerce das incubadoras é o processo de inovação, de conhecimento e a disseminação da cultura empreendedora.

Em muitos casos, atreladas a alguma instituição de ensino, as incubadoras oferecem uma série de facilidades, como:

- Espaço físico para alojar as empresas;
- Assessoria para a gestão técnica e empresarial;
- Infraestrutura e serviços compartilhados: salas de reunião, telefone, fax, acesso à internet, suporte em informática;
- Acesso a mecanismos de financiamento;
- Possibilidade de ampliar mercados e networking;
- Processo de acompanhamento, avaliação e orientação. (BRASIL, 2013)

Segundo Morais, Silva e Oliveira (2012, p. 2)

A incubadora é um mecanismo criado por entidades governamentais, universidades ou grupos comunitários. No Brasil, a exemplo do que ocorre na Europa e nos Estados Unidos, as incubadoras podem ser de três tipos diferentes: incubadoras de empresas de base tecnológica, incubadora de empresas dos setores tradicionais e incubadoras de empresas mistas. O principal objetivo das incubadoras é transformar projetos empreendedores em empresas de sucesso. Dada a alta taxa de mortalidade das empresas nos primeiros anos de vida, o papel da incubadora é de vital importância, visto que elas são catalisadoras do processo de desenvolvimento e inserção das empresas inovadoras no mercado de trabalho.

A incubadora é um ambiente especialmente planejado que tem por finalidade difundir o empreendedorismo e o conhecimento existente, ela apóia projetos nascentes e inovadores por meio de serviços especializados, capacitações e consultorias que facilitem assim desenvolvimento do mesmo. Assim a incubadora fomenta, o estímulo, a promoção e o

fortalecimento de MPEs através da intermediação com instituições de ensino e pesquisa, órgãos governamentais e iniciativa privada (SEBRAE, 2010).

As incubadoras de empresas devem garantir condições favoráveis para o sucesso das empresas incubadas. Uma forma de oferecer essas condições é através de uma estrutura eficiente e da adoção de estratégias que reflitam seu papel de agente promotor do desenvolvimento econômico. Sendo assim, torna-se necessário um aperfeiçoamento no processo de gestão das incubadoras de empresas, visando um planejamento adequado, apoio financeiro e político, além de uma melhor articulação com outros agentes de inovação (MORAIS; SILVA; OLIVEIRA, 2012).

### 2.3 DEFINIÇÃO DE INOVAÇÃO

Para Finep (2013b), a inovação significa a solução de um problema tecnológico que é utilizada pela primeira vez, que compreende a introdução de um novo produto no mercado, em escala comercial tendo, assim fortes repercussões socio-econômicas.

De acordo com o Manual de Oslo, as atividades de inovação variam de uma organização para outra, diferenciando a inovação em quatro tipos:

- Inovação de Produto: desenvolvimento de um bem ou serviço novo ou que tenha sofrido alguma melhoria;
- Inovação de Processo: introdução de um novo método de produção ou de distribuição;
- Inovação de Marketing: desenvolvimento de uma nova metodologia de marketing, promovendo nova concepção ao produto;
- Inovação organizacional: introdução de uma nova metodologia nas práticas organizacionais. (FINEP, 2013a)

A inovação pode ser caracterizada por vários motivos destaca Marzano (2011):

- Introdução de um novo produto, com o qual os consumidores ainda não se encontram familiarizados, ou de um novo tipo de produto;

- Introdução de um novo método de produção, não necessariamente baseado numa nova descoberta científica, que pode consistir numa nova maneira de comercializar determinado produto;
- Abertura de um novo mercado, no qual o segmento manufatureiro específico do país em questão não houvesse atuado previamente, independentemente de que esse mercado existisse ou não;
- Obtenção de uma nova fonte de matérias-primas ou bens semi-manufaturados, independentemente, também, de que tal fonte existisse previamente;
- Reorganização de qualquer setor da indústria, mediante a obtenção (através da formação de trustes, por exemplo) ou a quebra de uma posição monopolística.

Com isso, é necessário compreender que as inovações têm diferentes tipos e intensidades. Há inovações radicais que transformam mercados, criam novas categorias e mudam a base de competição de indústrias existentes; e há inovações incrementais, com menor grau de novidade e menor impacto nos resultados (MARZANO, 2011).

## 2.4 LEI DA INOVAÇÃO

Criada pela PITCE - Política Industrial, Tecnológica e de Comercio Exterior, a Lei Federal nº 10.973, no ano de 2004 chamada de “Lei da Inovação”, sendo um dos maiores marcos da política. Essa Lei revela a necessidade do país em encontrar uma visão para o desenvolvimento científico, tecnológico e ao incentivo à inovação (MCTI, 2013a).

Segundo MCTI (2013a), o marco regulatório da Lei está organizado em torno de três vertentes, citada apenas a mais importante para a pesquisa:

Vertente I - Constituição de ambiente propício às parcerias estratégicas entre as universidades, institutos tecnológicos e empresas.

Nessa linha a Lei contempla diversos mecanismos de apoio e estímulo à constituição de alianças estratégicas e ao desenvolvimento de projetos cooperativos entre universidades, institutos tecnológicos e empresas nacionais, entre os quais a:

- Estruturação de redes e projetos internacionais de pesquisa tecnológica;

- Ações de empreendedorismo tecnológico; e
- Criação de incubadoras e parques tecnológicos.

No ano de 2005, havia apenas uma lei estadual de inovação, a do Amazonas, atualmente há 16 leis estaduais. As leis estaduais são parte importante do marco legal para inovação, derivadas da Lei de Inovação Federal (Lei 10.973/04), que criou medidas de incentivo à inovação e à pesquisa em ciência e tecnologia no ambiente produtivo para estimular a autonomia tecnológica e o desenvolvimento industrial no Brasil. Sendo assim, as leis estaduais no Brasil, assim como a lei federal, autorizam, por exemplo, o compartilhamento dos laboratórios de instituições científicas e tecnológicas (ICTs) por empresas incubadas e por empresas nacionais (FEDERAL, 2013).

A lei Catarinense de Inovação trata dos incentivos à pesquisa científica, tecnológica e à inovação no ambiente produtivo, e segue os princípios da lei federal número 10.973, de 2004, mas com particularidades que atendem ao setor produtivo catarinense. Entre as diretrizes estabelecidas pela lei, além do estímulo à inovação, estão previstos a criação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de Santa Catarina, que será responsável por articular as políticas de incentivo a esta área e a implantação de núcleos de inovação tecnológica nas empresas e instituições (SILVEIRA, 2010).

As incubadoras e os parques tecnológicos e de inovação constituem importante instrumento de fomento à implantação e ao sucesso de empresas de base tecnológica em Santa Catarina. Surgidos pioneiramente em Florianópolis, expandem-se a todas as regiões catarinenses, pela indução de políticas de apoio governamental (SILVEIRA, 2008b).

Instituído pela Lei nº 14.328, de 15 de janeiro de 2008, o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de Santa Catarina compõe o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Ele tem como objetivo a viabilização, a articulação e a orientação estratégica das atividades dos diversos organismos públicos e privados que atuam direta ou indiretamente em ciência, tecnologia e inovação no Estado de Santa Catarina (SILVEIRA, 2010).

O artigo 2º da lei da Inovação traz alguns efeitos da mesma, entre elas estão (SILVEIRA, 2008a):

1. Inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos processos, bens ou serviços;
2. Instituição de Apoio: instituição criada com a finalidade de apoiar

projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico;

3. Parque Tecnológico: complexo de organizações empresariais, científicas e tecnológicas estruturadas de maneira planejada, concentrada e cooperativa para promover a cultura e a prática da inovação, a competitividade empresarial e a geração de riquezas por meio da criação e fortalecimento de empresas inovadoras e da interação com Centros de Pesquisa e Desenvolvimento e com Instituições Científicas e Tecnológicas;
4. Incubadora de Empresas: organização ou sistema que estimula e apóia a criação e o desenvolvimento de empresas inovadoras, por meio do provimento de infra-estrutura básica compartilhada, da formação complementar do empreendedor e do suporte para alavancagem de negócios e recursos, visando facilitar os processos de inovação tecnológica e a competitividade;
5. Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação: conjunto de organizações institucionais e empresariais que, em dado território, interagem entre si e dispõem recursos para a realização de atividades orientadas à geração, difusão e aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos que proporcionem processos, bens e serviços inovadores.

Esta Lei estabelece medidas de incentivo à pesquisa científica e tecnológica e à inovação no ambiente produtivo, visando à capacitação em ciência, tecnologia e inovação, o equilíbrio regional e o desenvolvimento econômico e social sustentável do Estado (SILVEIRA, 2008a).

## 2.5 POLÍTICAS DE INOVAÇÃO

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- Ipea, fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2006).

A importância da inovação para o desenvolvimento econômico vem sendo intensificada com o acirramento da concorrência capitalista, dado que esse acirramento acelerou a implementação e a difusão de novas tecnologias nas mais diversas atividades de produção. Essa mesma concorrência capitalista, associada ao rápido avanço

do conhecimento, vem alterando as formas de interpenetração e de intercâmbio nas esferas da ciência, da tecnologia e da inovação e vem também ampliando a própria complexidade do processo inovativo.

As políticas de inovação no Brasil precisam levar em conta as enormes desvantagens relativas associadas à competitividade sistêmica do país. Como em outros casos de políticas que obtiveram êxito, a exemplo da política agrícola, é preciso compensar essas desvantagens. Isso exige instrumentos mais poderosos do que aqueles utilizados por nossos concorrentes. Grande parte das políticas de apoio à inovação no mundo passa pelo que se chama “fortalecimento dos sistemas nacionais de inovação”. Isso decorre da natureza cada vez mais ampla da cooperação e da sinergia que existe entre empresas, instituições de pesquisa e o conjunto da infraestrutura de serviços tecnológicos de suporte à competitividade (PACHECO; ALMEIDA, 2013).

Santa Catarina conta com uma Política Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação, que no eixo estratégico de Inovação e Empreendedorismo, possui um campo que dá ênfase ao apoio às incubadoras: “Estimular e apoiar a constituição, consolidação e expansão de incubadoras de empresas inovadoras e de parques tecnológicos”.

## 2.6 EMPRESA DE BASE TECNOLÓGICA

No contexto acadêmico e empresarial, o termo “empresa de base tecnológica” (EBT) está bastante difundido. Segundo a Finep (2013b), uma EBT é uma empresa de qualquer porte ou setor que tenha na inovação tecnológica os fundamentos de sua estratégia competitiva. Esta condição será considerada atendida pelas empresas que apresentem pelo menos duas das seguintes características:

1. Desenvolvam produtos ou processos tecnologicamente novos ou melhorias tecnológicas significativas em produtos ou processos existentes, tanto a bens como a serviços;
2. Obtêm pelo menos 30% (trinta por cento) de seu faturamento;
3. Encontram-se em fase pré-operacional e destinam pelo menos o equivalente a 30% (trinta por cento) de suas despesas operacionais;
4. Não se enquadram como micro ou pequena empresa e destinam

pelo menos 5% (cinco por cento) de seu faturamento a atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;

5. Não se enquadram como micro ou pequena empresa e destinam pelo menos 1,5% (um e meio por cento) de seu faturamento a instituições de pesquisa ou universidades, ao desenvolvimento de projetos de pesquisa;
6. Empregam, em atividades de desenvolvimento de software, engenharia, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, profissionais técnicos de nível superior em percentual igual ou superior a 20% (vinte por cento) do quantitativo total de seu quadro de pessoal;
7. Empregam, em atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, mestres, doutores ou profissionais de titulação equivalente em percentual igual ou superior a 5% (cinco por cento) do quantitativo total de seu quadro de pessoal.

O principal insumo das empresas de base tecnológica são os recursos humanos qualificados oriundos da universidade, sendo que habitualmente essas empresas se encontram no começo de seu processo de evolução com produtos de alto desempenho. O processo de produção tende a ser fluido e não estruturado (MACEDO, 2003).

## 2.7 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

A partir de janeiro de 2013, segundo o Sebrae (2013a) foram classificadas como MPes as empresas da Indústria, Construção Civil e Extrativa Mineral com até 99 empregados, e as do Comércio, Serviços, Agropecuária e Serviços Industriais de Utilidade Pública, com até 49 empregados. Ainda segundo o Sebrae (2011), no Brasil, são criados anualmente mais de 1,2 milhão de novos empreendimentos formais. Desse total, mais de 99% são MPes e Empreendedores Individuais (EI).

As micro e pequenas empresas ocupam um grande espaço na economia do Brasil, são responsáveis por mais da metade dos empregos com carteira assinada do Brasil, e a sobrevivência desses novos empreendimentos é condição indispensável para o desenvolvimento econômico do País. E todos os estudos no Brasil e no mundo mostram que os dois primeiros anos de atividade de uma nova empresa são os mais difíceis, o que torna esse período o mais importante para a sobrevivência da empresa (SEBRAE, 2011).

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), divulgados pelo Ministério do Trabalho, foram gerados 41.463 empregos formais no país até julho deste ano, resultado da criação líquida de 55.935 postos de trabalho pelas Micro e Pequenas Empresas (MPes) e da extinção de 14.527 vagas, por parte das Médias e Grandes Empresas (MGEs) (SEBRAE, 2013a).



### 3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À INOVAÇÃO

Nesta seção serão tratadas as políticas de inovação brasileiras, assim como suas principais características, que contribuirão para fomentar a importância das mesmas para o surgimento das incubadoras. Na Figura 1 está representada a ordem cronológica do surgimento das políticas públicas de inovação e que serão explanadas a seguir.

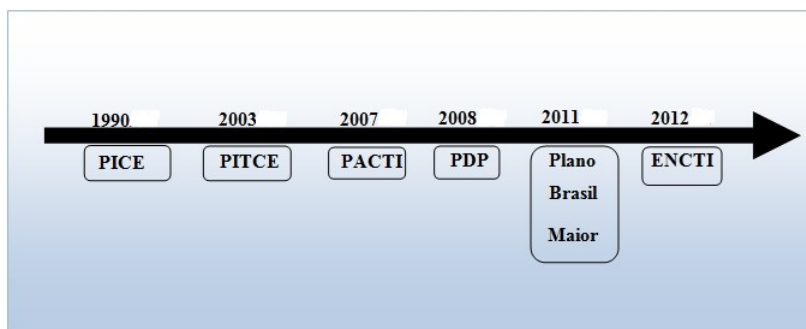


Figura 1 – Políticas de Inovação.

Fonte: Autor, 2013.

O governo brasileiro tem três vetores básicos de formulação e implementação das políticas de inovação (IPEA, 2012).

1. O primeiro compreende o MCTI, sua agência de inovação a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos e a agência de fomento à pesquisa, o CNPq. A FINEP e o CNPq operam em estreita cooperação, a primeira financiando empresas e instituições de pesquisa e a segunda concedendo bolsas para estudantes e pesquisadores. Em termos de orçamento para inovação, este é o vetor mais importante.
2. O segundo vetor é composto pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e suas agências do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). O MDIC abriga também o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi).

3. O terceiro vetor é composto pelo Ministério da Educação (MEC) e a Capes, cujo objetivo é prover apoio, financiar e avaliar a pós graduação no Brasil.

Como as políticas de inovação e sua implementação estão distribuídas entre diferentes órgãos governamentais, há algumas instâncias de coordenação e tomada de decisão com respeito à alocação de recursos.

A formulação e implementação de políticas públicas de apoio à inovação são uma experiência relativamente recente, a qual pode dizer que passou por três períodos (IPEA, 2012):

- “Desenvolvimento pelo crescimento”, o início do processo de industrialização até o começo dos anos 1980;
- “Desenvolvimento pela eficiência”, que compreende os anos 1980 e 1990;
- “Desenvolvimento pela inovação”, que ainda se encontra em construção e teve início no começo do século XXI.

No que tange à política científica e tecnológica, a orientação nos anos 1990 foi a absorção, adaptação e difusão de tecnologia importada (através de licenças e outros acordos, tecnologia incorporada em máquinas, equipamentos e sistemas) tendo como objetivo de elevar o nível de produtividade e competitividade.

### 3.1 POLÍTICA INDUSTRIAL E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PICE)

No início dos anos 90 até os primeiros anos de 2000 foram marcados pela mudanças institucionais e transformações estruturais, tanto para o sistema de C,T&I, quanto para a economia brasileira como um todo. Deste modo foi implantada a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) , durante o Governo de Collor (1990-1992), a PICE dá forte sinalização para outra maneira de abordar a questão da inovação, da produtividade e da busca de qualidade em produtos, serviços e processos no país (FELIPE; PINHEIRO; RAPINI, 2011).

Ainda segundo Felipe, Pinheiro e Rapini (2011) pág. 13:

A ação prática da PICE ficou restrita às questões de abertura comercial, fundamentalmente com o intuito de promover um ingresso maior de produtos importados no mercado nacional, acirrando os processos de concorrência. Enquanto isso, os

programas de C&T e os instrumentos de incentivo à inovação foram duramente afetados. Em relação à inovação por sua vez, seu fomento foi severamente afetado pela redução drástica no orçamento da FINEP, que, desafiada pelas transformações, pelas crises e pelas recorrentes contingenciamentos de recursos, atravessa a maior parte da década em busca de novas reestruturacoes organizacional, administrativa e financeira que lhe pudessem garantir sustentação e não padecesse das grandes oscilações nos montantes de recursos financeiros advindos do orçamento federal.

A política pioneira PICE não propõe nenhuma ação específica para apoio às incubadoras. Seu maior impacto foi a abertura do mercado brasileiro para o que foi denominado de choque de competitividade.

### 3.2 POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMERCIO EXTERIOR (PITCE)

No dia 26 de novembro de 2003 o governo federal lançou o documento “Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE”, que propiciou uma reunião realizada em 31 de março de 2004, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), reunindo o Presidente da República, vários ministros de Estado, presidentes e diretores de instituições públicas diversas, como BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Ipea, Finep, numa das maiores reuniões de autoridades do Executivo para o lançamento de programas de governo (SALERNO; DAHER, 2006).

A PITCE tinha como objetivo o aumento da eficiência econômica e do desenvolvimento e difusão de tecnologias com maior potencial de indução do nível de atividade e de competição no comércio internacional. Ela estava focada no aumento da eficiência da estrutura produtiva, aumento da capacidade de inovação das empresas brasileiras e expansão das exportações. Esta é a base para uma maior inserção do país no comércio internacional, estimulando os setores onde o Brasil tem maior capacidade ou necessidade de desenvolver vantagens competitivas, abrindo caminhos para inserção nos setores mais dinâmicos dos fluxos de troca internacionais. A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior não é uma iniciativa isolada. Ela faz parte de

um conjunto de ações que compõem a estratégia de desenvolvimento apresentada no documento Orientação Estratégica de Governo: Crescimento Sustentável, Emprego e Inclusão Social. Essa política está articulada com os investimentos planejados para a infraestrutura e com os projetos de promoção do desenvolvimento regional (MCTI, 2003).

Segundo o IPEA (2012), a PITCE teve cinco objetivos básicos:

- Fortalecer a inovação na empresa;
- Aumentar as exportações de alta tecnologia e reforçar a concorrência por marca nos mercados internacionais;
- Difundir atualização e modernização industrial;
- Aumentar a escala de produção das empresas;
- Desenvolver alguns campos de pesquisa selecionados – produtos farmacêuticos, semicondutores, *softwares*, bens de capital (considerados como opções estratégicas) e nanotecnologia, biotecnologia e biomassa/energias renováveis (consideradas como áreas portadoras de futuro).

Quanto à inovação tecnológica, a PITCE trouxe importantes avanços dos quais se destacam:

- A publicação de importantes marcos legais, como a Lei de Inovação (Lei 10.973/2004) e a Lei do Bem (Lei 11.196/2005), criando assim, condições mínimas para o desenvolvimento da inovação no país;
- A criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para promoção do diálogo entre setores público e privado.

Segundo Salerno e Daher (2006), a PITCE está articulada em três eixos complementares:

- Linhas de ação horizontais;
  1. Inovação e desenvolvimento tecnológico
  2. Inserção externa
  3. Modernização industrial
  4. Melhoria do ambiente institucional / ampliação da capacidade e escala produtiva

- Opções estratégicas; e
  1. Semicondutores (aplicação específica – Asics, Socs)
  2. *Software*
  3. Bens de capital
  4. Fármacos e medicamentos
- Atividades portadoras de futuro
  1. Biotecnologia
  2. Nanotecnologia
  3. Biomassa, energias renováveis / atividades relativas ao Protocolo de Quioto

Na PITCE encontra-se a ideia de apoio a incubação, através da criação da Lei de Inovação, que apoiou e estimulou a criação de incubadoras e parques tecnológicos, e assim tornou-se a primeira Política que teve uma visão diferente da anterior, pois já se pensava no fortalecimento das empresas através de inovações no contexto organizacional.

### 3.3 PLANO DE AÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (PACTI)

Anunciado em novembro de 2007, o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI) que teve duração entre os anos de 2007-2010, se propunha a ser parte integrante da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior PITCE, e se articulava ao Plano de Aceleração do Crescimento - PAC e aos Planos de Desenvolvimento da Educação, da Saúde e da Agropecuária. A introdução do Plano como instrumento de uma política de Estado no cenário brasileiro de ciência, tecnologia e inovação trouxe avanços no que diz respeito tanto à evolução dos níveis de investimento em C,T&I como ao aprimoramento dos instrumentos de incentivo e de apoio às atividades da área (MCTI, 2010).

Segundo MCTI (2010), o PACTI tem quatro prioridades estratégicas, norteadas pela Política Nacional de C,T&I:

- Expandir, integrar, modernizar e consolidar o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação (SNCTI), atuando em articulação com os governos estaduais para ampliar a base científica e tecnológica nacional;

- Atuar de maneira decisiva para acelerar o desenvolvimento de um ambiente favorável à inovação nas empresas, fortalecendo a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE);
- Fortalecer as atividades de pesquisa e inovação em áreas estratégicas para a soberania do País, em especial energia, aeroespacial, segurança pública, defesa nacional e Amazônia; e
- Promover a popularização e o ensino de ciências, a universalização do acesso aos bens gerados pela ciência, e a difusão de tecnologias para a melhoria das condições de vida da população.

O PACTI mencionava o apoio à inovação tecnológica de interesse da defesa por meio do incentivo que as compras governamentais gerariam. E dentro dessas 4 prioridades estratégicas, o PACTI possui ainda 21 linhas de ação. Vale destacar a linha de ação número 6 - Incentivo à Criação e à Consolidação de Empresas Intensivas em Tecnologia, a qual diz que (MCTI, 2010):

Ampliar e assegurar recursos para apoiar incubadoras de empresas, parques tecnológicos e atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - P,D&I de empresas neles situadas, contribuindo para o aumento do faturamento e das exportações dessas empresas com o objetivo de gerar e consolidar empresas inovadoras capazes de auto-gestão, especialmente no que diz respeito à geração e à difusão de inovação; estimular a criação e a ampliação da indústria de capital empreendedor (venture capital), ampliando o número e o escopo dos fundos de investimento; e fazer uso do poder de compras do Estado, para estimular empresas nacionais de tecnologia, de maneira a contribuir para o desenvolvimento técnico-inovativo e a ampliar a inserção dessas empresas nos mercados interno e externo.

O PACTI determinou o suporte à inclusão de pesquisadores na área de P,D&I em empresas nacionais, objetivando a promover no país as tecnologias com o investimento em recursos humanos. Assim, foi possível verificar a existência de uma ação voltada para o apoio de criação de incubadoras, a qual possuiu grande importância para o surgimento de muitas incubadoras de empresas na época.

### 3.4 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO (PDP)

A Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP foi lançada em maio de 2008 e tinha como principal meta aprofundar as iniciativas tomadas pela PITCE e estabelecer condições para a continuidade do ciclo de expansão econômica. Sendo assim, a orientação geral não mudou: a inovação foi definida como um dos pilares básicos para o crescimento econômico (MATOS; ARROIO, 2011).

Um destaque estratégico da PDP diz respeito especificamente às micros e pequenas empresas, por terem uma importância significativa pois através dela foi possível difundir os efeitos positivos da fase de crescimento econômico. São expostos os desafios e as diretrizes para o crescimento das MPEs, onde em um desafio de Ampliar capacidade de inovação e melhorar a gestão das MPEs, e que possui uma diretriz que deve fortalecer novos ambientes de inovação (incubadoras de empresas, parques tecnológicos, etc) (MATOS; ARROIO, 2011).

A política também faz referência à formação e à capacitação de recursos humanos em áreas consideradas estratégicas buscando profissionais por meio de intercâmbio científico-tecnológico nas instituições militares voltadas para P,D&I. Elabora iniciativas de apoio técnico como a melhora na certificação e metrologia. A gestão da propriedade intelectual é uma das quatro categorias de instrumento de apoio técnico da política. Tem como estratégia de desenvolvimento a redução do desemprego com aumento dos empregos formais, crescimento da massa real de salários e redução das desigualdades. Impôs a regulamentação das compras com estímulo à subcontratação das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) locais (MOLINA, 2011).

Uma avaliação geral da PDP é de que esta foi uma política eficaz e eficiente, tendo obtido sucesso em mobilizar o setor público e em articulá-lo com o setor empresarial para os fins propostos. Até setembro de 2010, 425 medidas de política haviam sido propostas: 29% relacionadas a financiamento, 31% a assistência técnica e informações, 26% a medidas fiscais, 8% a regulamentação e 6% a comércio internacional. Praticamente todas elas (99%) foram postas em pleno funcionamento: 41% delas estavam relacionadas à meta de investimento; 29% às exportações; 20% à inovação e 10% ao desenvolvimento da MPEs (BRASIL, 2010).

Outro avanço importante da PDP foi o estímulo aos estados para a formulação de políticas locais de C&T, o que será fundamental para a descentralização do desenvolvimento tecnológico no Brasil. Este estímulo é dado a partir da exigência de Leis Estaduais de Inovação

para as parcerias entre a FINEP e as fundações de amparo à pesquisa dos estados (IPEA, 2012).

Assim como na PITCE e no PACTI, no PDP também foi encontrado iniciativas relacionadas a incubadoras, parques tecnológicos, capital empreendedor e extensão tecnológica.

### 3.5 PLANO BRASIL MAIOR (PBM)

O Plano Brasil Maior - PBM foi lançado em agosto de 2011 para um período de até 2014. Reúne um conjunto integrado de medidas de apoio à competitividade do setor produtivo brasileiro. Focando no estímulo à inovação e à produção nacional para alavancar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo, o país se organiza para dar passos mais ousados em direção ao desenvolvimento econômico e social (MAIOR, 2013).

O PBM opera em estreita articulação com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) .

O Plano Brasil Maior organiza-se em ações sistêmicas e setoriais. As sistêmicas são voltadas para a eliminação de gargalos e o aumento da eficiência produtiva da economia como um todo. As ações setoriais, definidas a partir de características, desafios e oportunidades dos principais setores produtivos, estão organizadas em cinco blocos que ordenam a formulação e implementação de programas e projetos. O Plano estabelece um conjunto inicial de medidas, que serão complementadas ao longo do período 2011-2014, a partir do diálogo com o setor produtivo, destacam-se:

- Desoneração dos investimentos e das exportações;
- Ampliação e simplificação do financiamento ao investimento e às exportações;
- Aumento de recursos para inovação;
- Aperfeiçoamento do marco regulatório da inovação;
- Estímulos ao crescimento de micro e pequenos negócios;
- Fortalecimento da defesa comercial;
- Criação de regimes especiais para agregação de valor e de tecnologia nas cadeias produtivas;



- Regulamentação da lei de compras governamentais para estimular a produção e a inovação no país (ABDI, 2013).

Com relação ao Plano Brasil Maior, nas medidas elaboradas pelo documento estão estímulos ao investimento e à inovação, com base em desonerações tributárias, financiamento ao investimento e à inovação e a criação do marco legal da inovação. Como metas de comércio exterior tem-se a desonerações das exportações, a defesa comercial, o financiamento e garantias para exportações e a promoção comercial. Esta política tem o foco voltado para o aumento da inovação, através da parceria com a ENCTI.

Segundo Molina (2011, p. 87):

A política teve programas voltados para a qualificação profissional de nível técnico e superior particularmente em engenharias. Três são os programas federais voltados para o ensino: o Pronatec; o Plano Nacional Pró-Engenharia; e Programa Ciência sem Fronteiras. Tem-se ainda o Programa BNDES Qualificação com apoio à expansão da capacidade de instituições privadas de ensino técnico e profissionalizante, onde a meta é o aumento do número de pessoal qualificado.

A política tem entre suas principais medidas a desoneração tributária e da folha de pagamentos onde a meta é a geração de emprego. A política também apóia a importação, onde as empresas nacionais que investem em pesquisa poderão cobrar até 25% a mais do que as estrangeiras. A PDP previu aumento das compras governamentais e a margem de preferência de até 25% nos processos de licitação para produtos manufaturados e serviços nacionais (MOLINA, 2011).

Esta política tem o foco voltado para o aumento da inovação, através da parceria com a ENCTI - Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação .

### 3.6 ESTRATÉGIA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (ENCTI)

O governo federal articulou o Plano de Desenvolvimento Produtivo - o Plano Brasil Maior - com o plano de desenvolvimento científico e tecnológico - a ENCTI 2012-2015. O responsável pela ENCTI é o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) - antes MCT -,

renomeado em 2011 (IPEA, 2012).

A Estratégia Nacional para Ciência, Tecnologia e Inovação - (ENCTI) destaca a importância da ciência, a tecnologia e a inovação (C,T&I) como eixo estruturante do desenvolvimento do País e estabelece diretrizes que irão orientar as ações nacionais e regionais no horizonte temporal de 2012 a 2015 (MCTI, 2012).

De acordo com o MCTI, as principais diretrizes da ENCTI são:

1. Suporte às inovações no setor produtivo a fim de reduzir o hiato tecnológico em relação aos países desenvolvidos;
2. Treinamento e qualificação dos recursos humanos para inovação;
3. Apoio aos setores mais intensivos em conhecimento;
4. Indução de produção limpa;
5. Uso do poder de compra do Estado para promover inovação.

A ENCTI (2012-2015) também elencou programas prioritários, nas áreas de:

- Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs);
- Fármacos e Complexo Industrial da Saúde;
- Petróleo e Gás;
- Complexo Industrial da Defesa;
- Aeroespacial;
- Nuclear;
- Fronteiras para a inovação (Biotecnologia e Nanotecnologia e novos materiais);

Para sua execução, a ENCTI contará com R\$ 74,6 bilhões, sendo compartilhados entre MCTI (R\$ 29,2 bilhões), outros ministérios - incluindo Ministério da Educação e Cultura (MEC), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Ministério da Defesa (MD), com R\$ 21,6 bilhões -, empresas públicas federais (BNDES, Petrobras e Eletrobras, com R\$ 13,6 bilhões), e Fundações de Amparo à Pesquisa Estaduais (R\$ 10,2 bilhões) (IPEA, 2012).

A ENCTI tem contribuído para o crescimento do número de parques e incubadoras no Brasil nos últimos anos, especialmente por meio

de editais da FINEP e do CNPq. A ENCTI é a estratégia que além de introduzir apoio a inovação, também trouxe consigo apoio as incubadoras, onde uma de suas estratégias é: fortalecimento do PNI (Programa Nacional de Apoio as Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos) com vistas a estimular o surgimento de empresas inovadoras.

### **3.6.1 O Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos (PNI)**

No ano de 2009, foi instituído no Brasil o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos (PNI). O programa visa a congregar, articular, aprimorar e divulgar os esforços institucionais e financeiros de suporte a empreendimentos residentes nas incubadoras de empresas e parques tecnológicos, a fim de ampliar e otimizar a maior parte dos recursos que deverão ser canalizados para apoiar a geração e consolidação de um crescente número de micro e pequenas empresas inovadoras (MCTI, 2013b).

Segundo o MCTI (2013b), o PNI possui dois objetivos complexos, são eles:

- Fomentar o surgimento e a consolidação de incubadoras de empresas de base tecnológica, mistas e tradicionais caracterizadas pela inovação tecnológica, pelo conteúdo tecnológico de seus produtos, processos e serviços, bem como pela utilização de modernos métodos de gestão.
- Apoiar o surgimento e a consolidação de parques tecnológicos, em diversas regiões do país, localizados em áreas próximas às universidades e centros de pesquisa, para implementação de serviços que deverão apresentar relevância tecnológica, viabilidade e sustentabilidade econômica, nas atividades industriais

Os objetivos do Programa referem-se às expectativas locais onde estão ou estarão instaladas as incubadoras e os parques tecnológicos. O apoio do MCT e suas agências abrangerá (MCTI, 2013b):

- Apoio à elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica - EVTE ;
- Aperfeiçoamento e melhoria da gestão e governança dos serviços de infra estrutura dos parques tecnológicos ou da incubadora de empresas;

- Financiamento de projetos de C,T&I;
- Capacitação de gerentes de incubadoras de empresas;
- Capacitação de empresários-empreendedores;
- Estímulo à associação entre as instituições de ciência e tecnologia – ICTs e as empresas instaladas;
- Incentivo à criação de uma cultura empreendedora;
- Geração de empregos;
- Promoção de agregação de conhecimento e a incorporação de tecnologias nas micro e pequenas empresas;
- Interação entre micro e pequenas empresas e instituições que desenvolvam atividades tecnológicas ;
- Apoio para a saída das empresas das incubadoras e reinstalação em parques tecnológicos;
- Implementação de uma sistemática de acompanhamento e avaliação que permita a identificação do desempenho das incubadoras; e
- Apoio a eventos nacionais e programas de formação de recursos humanos;

O MCTI (2013b) afirma que o Programa é Coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - SETEC , do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, e supervisionado por um Comitê Consultivo, no qual estão representadas instituições de âmbito nacional, comprometidas com o desenvolvimento de políticas e com o fomento de incubadoras de empresas e parques tecnológicos.

A criação do PNI, apresenta-se como uma importante iniciativa para a promoção do desenvolvimento tecnológico e da inovação nas MPes, ao estimular iniciativas de instalação e consolidação de incubadoras e parques nas várias unidades da Federação (MCTI, 2013b).

O MCTI, juntamente com a FINEP, lançaram no mês de Julho desde ano um edital de R\$ 640 milhões que foi voltado a parques tecnológicos em operação e em estágio de implantação. A chamada também se destina, ainda, a empresas residentes nos parques ou em incubadoras.

. Esse edital tem como objetivo, atender ao Programa Nacional de Apoio às Incubadoras e Parques Tecnológicos do Governo Federal, que tem como meta elevar a produtividade e a competitividade da economia brasileira, através da ampliação do patamar de investimentos e de maior apoio para projetos de risco tecnológico

O PNI foi um programa que foi criado dentro de uma estratégia do ENCTI, onde teve grande importância para o surgimento das incubadoras, pois até antes não existia nada parecido e que especificamente era relacionado às incubadoras.

### 3.6.2 Programa TI maior

O Programa TI Maior integra a ENCTI (2012 - 2015), que prevê a elaboração de um programa específico para estimular o desenvolvimento do setor de *software* e TI - Tecnologia e Informação . Com investimentos de aproximadamente R\$ 500 milhões para o período de 2012-2015, o TI Maior está estruturado em cinco pilares:

- Desenvolvimento econômico e social;
- Posicionamento internacional;
- Inovação e empreendedorismo;
- Produção científica, tecnológica e inovação; e
- Competitividade.

Os recursos serão subvencionados por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP/MCTI) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI) (MCTI, 2013c).

Um dos principais fomentos do Programa TI Maior será às *start-ups*, aceleradoras de pesquisa e desenvolvimento na área de *softwares* e serviços. As *start-ups* serão estruturadas em uma rede de investidores, por meio de consultorias tecnológicas, institutos de pesquisa e incubadoras, parcerias com universidades, articulação com grandes empresas nacionais e internacionais (MCTI, 2013c).

Para o MCTI (2013c) o foco do programa é construir uma grande plataforma de relacionamento digital com estudantes e profissionais do setor de TI, oferecendo intermediação de vagas, cursos básicos e

avançados, geração de informação profissional, oferta de cursos gratuitos para comunidades e estudantes, além de atualização tecnológica e acompanhamento de programas governamentais de apoio à iniciativa, como o Pronatec. A meta é capacitar 50 mil novos profissionais até 2014. Até 2022, o objetivo é formar os 900 mil novos profissionais necessários, que serão adicionados à base atual de 1,2 milhão de profissionais de TI.

Ciente do aumento no número de empresas dispostas a instalar centros de pesquisa no Brasil, o MCTI criou - como parte do TI Maior - uma série de medidas de apoio à instalação de pólos tecnológicos no país, gerando ambientes propícios à inovação. O programa prevê o lançamento de editais que destinem bolsas a pesquisadores brasileiros, para atuação em centros globais de pesquisa.

Foi criada a Figura 2 com o resumo das políticas de inovação juntamente com as suas maiores ações e medidas tomadas durante seu tempo de atuação .

AÇÕES TOMADAS	POLÍTICAS
Inovação	PITCE; PDP; PACTI; Plano Brasil Maior; e ENCTI
Compra e venda de bens, produtos e serviços	PACTI; PDP; Plano Brasil Maior
Exportação	PDP; PITCE; Plano Brasil Maior
Importação	PICE; PITCE; PDP; Plano Brasil Maior
Proteção à propriedade intelectual	PDP; PACTI; PITCE
Geração de empregos	PDP; Plano Brasil Maior
Capacitação de recursos humanos	PACTI; PDP; Plano Brasil Maior
Certificação de produtos	PDP; PITCE; Plano Brasil Maior
Apoio às incubadoras de empresas	PITCE; PDP; PACTI; Plano Brasil Maior; e ENCTI

Figura 2 – Resumo das Políticas Públicas.

Fonte: Autor, 2013

## 4 INSTRUMENTOS DE APOIO À INOVAÇÃO

As incubadoras foram criadas para apoiar o desenvolvimento de novos empreendimentos e oferecer a infra-estrutura necessária para o crescimento de projetos inovadores. Para uma cidade ou região, os benefícios decorrentes da instalação de uma incubadora são muito expressivos. Ao fomentar a criação de redes de informações científicas, técnicas, gerenciais e mercadológicas, para fazer avançar o processo de inovação, as incubadoras também promovem a mobilização e a ordenação de recursos locais já disponíveis e o surgimento de novos negócios, bem como a revitalização de outros, gerando empregos diretos e indiretos. À medida que as empresas incubadas vão se consolidando no mercado, crescem a geração de empregos e a arrecadação de impostos.

Nos últimos anos percebeu-se o aumento significativo do número de pedidos de apoio governamental aos programas empresariais de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Há vários fatores que explicam o crescente interesse das empresas por essa modalidade de fomento público, destacando-se (ANPEI, 2008):

- O quadro macroeconômico mais favorável;
- A maior percepção dos empresários quanto à importância dos investimentos em inovação para os seus negócios; e
- A criação de novos instrumentos de apoio à inovação pelo governo federal.

Assim serão explanadas neste capítulo as maiores Agências que operam instrumentos de apoio à Inovação voltados à criação e desenvolvimento de incubadoras de empresas. O fortalecimento das incubadoras do País contribui para a consolidação e competitividade das empresas incubadas e o desenvolvimento da região onde é instalada.

### 4.1 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP uma Agência Brasileira da Inovação é uma empresa pública vinculada ao MCTI. Foi criada em 24 de julho de 1967, para institucionalizar o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas, criado em 1965.

Recentemente, em 02/2013 a FINEP lançou um edital que tinha como objetivo principal (FINEP, 2013b):

Esta chamada tem como objetivo elevar a produtividade e a competitividade da economia brasileira, por meio da seleção de propostas para apoiar aos “*habitats*” de inovação, com financiamento não reembolsável, reembolsável e fundo de investimentos, que compreendam Parques Tecnológicos existentes no País e que encontram-se em estágio de implantação e em operação, bem como empresas sediadas em parques tecnológicos e incubadoras.

A FINEP é, atualmente, a principal agência de suporte à inovação de produtos, processos e serviços no País. Ela trabalha em parceria com empresas, institutos e centros de pesquisa. Ela apoia a incubação e o desenvolvimento de empresas nascentes de base tecnológica, a implantação de parques tecnológicos, a estruturação e consolidação dos processos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em empresas já estabelecidas e o desenvolvimento de mercados.

A FINEP concede financiamentos reembolsáveis e não-reembolsáveis (que não precisa ser devolvido). O apoio da FINEP abrange todas as etapas e dimensões do ciclo de desenvolvimento científico e tecnológico: pesquisa básica, pesquisa aplicada, inovações e desenvolvimento de produtos, serviços e processos. A FINEP apoia, ainda, a incubação de empresas de base tecnológica, a implantação de parques tecnológicos, a estruturação e consolidação dos processos de pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em empresas já estabelecidas, e o desenvolvimento de mercados.

#### 4.2 SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, é uma entidade privada sem fins lucrativos. Criado em 1972, se tornou um agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, criado para dar apoio aos pequenos negócios de todo o país. Estimula o empreendedorismo e possibilita a competitividade e a sustentabilidade das MPes. O SEBRAE atua em todo o território nacional, com sede nacional, em Brasília, a instituição conta com pontos de atendimento nas 27 unidades da Federação (SEBRAE, 2013b).

Em todas as unidades estaduais desenvolvem ações de acordo



com a realidade regional e as diretrizes nacionais. Em todo o país, mais de 5 mil colaboradores diretos e cerca de 8 mil consultores e instrutores credenciados trabalham para transmitir conhecimento para quem tem ou deseja abrir um negócio.

Segundo Sebrae (2013b):

O Sebrae é agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, mas não é uma instituição financeira, por isso não empresta dinheiro. Articula (junto aos bancos, cooperativas de crédito e instituições de microcrédito) a criação de produtos financeiros adequados às necessidades do segmento. Também orienta os empreendedores para que o acesso ao crédito seja, de fato, um instrumento de melhoria do negócio.

O SEBRAE atua em diferentes focos:

- Educação empreendedora;
- Capacitação dos empreendedores e empresários;
- Articulação de políticas públicas que criem um ambiente legal mais favorável;
- Acesso a novos mercados;
- Acesso a tecnologia e inovação;
- Orientação para o acesso aos serviços financeiros.

O SEBRAE utiliza a forma individual ou coletiva de atendimento e que possui variadas soluções como:

- Informação: Informações úteis para que as MPEs de diferentes setores da economia encontrem tudo que precisam saber para continuar por dentro do que acontece no mundo dos negócios;
- Consultoria: Presta consultoria em seus postos de atendimento ou diretamente em sua empresa;
- Cursos: São mais de 40 cursos e palestras, presenciais e a distância e são feitos sob medida para quem quer aprender desde as noções básicas de empreendedorismo até a gestão do próprio negócio;
- Publicações: o Sebrae ajuda quem tem ou quer abrir um negócio a buscar conhecimento;

- Premiações: Reconhecimento por meio de premiações que valorizam e estimulam para que os pequenos negócios cresça ainda mais (SEBRAE, 2013b).

O SEBRAE lançou em Junho de 2008, um edital que tinha como meta contribuir para a consolidação e competitividade das empresas incubadas. Foram investidos cerca de R\$ 12 milhões, para o desenvolvimento de projetos que iria atingir o atendimento às empresas incubadas em questões de gestão empresarial, acesso a mercados, à inovação, à tecnologia e acesso aos serviços financeiros.

Segundo Sebrae (2008):

“Essa ação está inserida no esforço do Sebrae em aumentar o número de micro e pequenas empresas inovadoras no País. Com esse edital, pretendemos dar um salto no movimento de incubadoras brasileiras. Ao conferirmos apoio a incubadoras em estágio mais maduro, que já ultrapassaram a fase de consolidação, conseguimos partir para um salto de qualidade”, explica o gerente da Unidade de Acesso à Inovação e Tecnologia do Sebrae Nacional, Paulo Alvim.

Os critérios de seleção de apoio às incubadoras de empresas:

- Esteja em funcionamento há, no mínimo, quatro anos;
- Apresentem, no mínimo, seis empresas incubadas; e
- Já tenham graduado duas empresas.

Além disso, as entidades gestoras de incubadoras devem se articular diretamente com as unidades estaduais do Sebrae para que possam participar do processo de competição.

#### 4.3 BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, empresa pública federal, é hoje o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, em uma política que inclui as dimensões social, regional e ambiental.

Teve seu início em 1952, e se destacou pelo apoio à agricultura, indústria, infraestrutura e comércio e serviços, oferecendo condições

especiais para MPEs. O apoio do BNDES se dá por meio de financiamentos a projetos de investimentos, aquisição de equipamentos e exportação de bens e serviços. Além disso, o Banco atua no fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e destina financiamentos não reembolsáveis a projetos que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico (BNDES, 2013).

Segundo o BNDES (2013)

Em seu Planejamento Corporativo 2009/2014, o BNDES elegeu a inovação, o desenvolvimento local e regional e o desenvolvimento socioambiental como os aspectos mais importantes do fomento econômico no contexto atual, e que devem ser promovidos e enfatizados em todos os empreendimentos apoiados pelo Banco.

O BNDES tem como prioridade estratégica o apoio à inovação. Para a realização desse apoio, o Banco busca atuar junto com as políticas públicas vigentes e de maneira complementar às demais instituições do Sistema Nacional de Inovação. O BNDES possui como objetivo principal de fomentar e apoiar operações associadas à formação de capacitações e ao desenvolvimento de ambientes inovadores, com o intuito de gerar valor econômico ou social e melhorar o posicionamento competitivo das empresas, contribuindo para a criação de empregos de melhor qualidade, o aumento da eficiência produtiva, a sustentabilidade ambiental e o crescimento sustentado do País (BNDES, 2013).

O BNDES possui diretrizes que tem três focos principais (BNDES, 2013):

- Para fortalecer a capacidade de inovação da estrutura empresarial do País e o Sistema Nacional de Inovação, de acordo com as prioridades estabelecidas pelas políticas públicas vigentes. Contribui no fortalecimento da competitividade empresarial;
- Para fortalecer a capacidade de o BNDES promover a inovação no País. Disseminar a cultura da inovação no corpo funcional da instituição, utilizando os instrumentos financeiros disponíveis de forma integrada; e
- Para apoiar políticas públicas de fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação, atuar de forma articulada e conjunta com outros entes públicos responsáveis pela promoção do desenvolvimento científico, tecnológico e educacional do País, participando de modo proativo das políticas públicas associadas

#### 4.4 CONSELHO NACIONAL DAS FUNDAÇÕES ESTADUAIS DE AMPARO À PESQUISA

O Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa - CONFAP é uma organização sem fins lucrativos que tem por objetivo melhor articular os interesses das agências estaduais de fomento à pesquisa. Tendo início no ano de 2007, o conselho agrega fundações de 25 estados, mais o Distrito Federal. Resta apenas o estado de Roraima para receber o incentivo (CONFAP, 2013). As principais finalidades do CONFAP são:

- Contribuir para o aperfeiçoamento da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Apoiar, com base na integração entre os Sistemas Estaduais de C,T&I, fortalecendo e aperfeiçoando o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Ampliar o espaço político-institucional das Fundações e Entidades de Amparo à Pesquisa na formulação e implementação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Estimular os programas regionais de ciência, tecnologia e inovação. (CONFAP, 2013)

A CONFAP integra a Lei Federal nº 10.973, a qual trás no capítulo 3 em Parágrafo Único o seguinte: O apoio previsto neste artigo poderá contemplar as redes e os projetos internacionais de pesquisa tecnológica, bem como ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive incubadora e parques tecnológicos (CONFAP, 2013).

##### 4.4.1 FAPESC

A Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC é uma sigla atribuída pela Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, ao Funcitec (Fundo Rotativo de Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina) (FAPESC, 2013).

A FAPESC tem por finalidade o fomento à pesquisa científica e tecnológica, para o avanço de todas as áreas do conhecimento, o

equilíbrio regional, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população de Santa Catarina (FAPESC, 2013).

A atividade principal da FAPESC é apoiar financeiramente - inclusive por meio de subvenção econômica - projetos de pesquisa e inovação em todas as áreas do conhecimento e para as diferentes entidades públicas e privadas catarinenses (FAPESC, 2012).

No Estatuto da FAPESC Art. 5º tem por objetivos: IX - incentivar e custear a criação, a instalação e o desenvolvimento de unidades de pesquisas, polos, parques, distritos de inovação e incubadoras de base tecnológica, bem como a criação e desenvolvimento de arranjos produtivos locais (FAPESC, 2013).

O apoio à pesquisa e a formação de infraestrutura científica é atendido por meio de Chamadas Públicas (demanda induzida) ou, excepcionalmente, por demanda espontânea, pela apresentação de projetos específicos à Diretoria. Por meio de Editais específicos: 2003, 2004 e 2007. Em 2008, 2009 e 2010, foram aprovados repasses em projetos pela modalidade “balcão” (FAPESC, 2013).

Em 2012, a FAPESC manteve cerca de 1500 projetos ativos, a imensa maioria selecionada por meio de chamadas públicas. São diversos os programas e projetos apoiados, em todas as áreas do conhecimento, contemplando um grande universo de pesquisadores, entidades e empresas. Exemplo disso é o Programa Universal, que abrange muitos pesquisadores voltados a atividades básicas de pesquisa acadêmica: juntos, eles receberam o montante de mais de R\$10 milhões. Vale destacar ainda o Sinapse da Inovação e o Programa de Subvenção a Inovação em Micro e Pequenas Empresas em Santa Catarina (FAPESC, 2012).

A FAPESC fomenta áreas tão distintas como entretenimento digital, biotecnologia, rastreamento veicular via satélite, *software* para telecomunicações e tecnologia da informação, tudo isso por meio de seu Programa de incubadoras e parques tecnológicos. Ele contribui para desenvolver economias regionais, gerar produtos e serviços inovadores, congregando empreendimentos de base tecnológica, incentivar pesquisas avançadas e promover o crescimento dos postos de trabalho (FAPESC, 2012).



## 5 INCUBADORA DE EMPRESAS

No Brasil, as primeiras incubadoras de empresas surgiram a partir da década de 1980 com o apoio do professor Lynaldo Cavalcanti, na época presidente do CNPq, porém as incubadoras só vieram a ser consolidadas no ano de 1987 junto com a criação da ANPROTEC (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos) em um Seminário Internacional de Parques Tecnológicos, no Rio de Janeiro (STAINSACK, 2003).

Segundo dados levantados pela Anprotec (2012) junto com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no início do trimestre de ano de 2012, e que trouxe as atualizações sobre as Incubadoras de Empresas no Brasil, os seguintes dados captados estão expostos na Tabela 1.

Pode-se observar na Tabela 1 que o número de incubadoras era de 384 espalhadas pelo País inteiro, o qual teve até então mais de 6 mil empresas que se veicularam entre as incubadoras, as quais geraram mais de 45 mil empregos gerados diretamente á essas empresas, e com rendimento acima de R\$ 4 bilhões e que sem dúvida gerou grande aumento de desenvolvimento social as regiões onde se encontram essas incubadoras. Atualmente os números são ainda maiores, pois a cada dia surge mais incubadoras dos mais variados tipos, atendendo assim as melhores ideias que surgem ao longo do tempo.

### 5.1 TIPOS DE INCUBADORAS

Possuem diversos tipos de incubadoras, exemplo:

Tabela 1 – Número de incubadoras

<b>Totais para 384 incubadoras</b>	
<b>Empresas incubadas</b>	2.640
<b>Empresas graduadas</b>	2.509
<b>Empresas associadas</b>	1.124
<b>Empregos nas empresas incubadas</b>	16.394
<b>Empregos nas empresas graduadas</b>	29.205
<b>Faturamento das empresas incubadas</b>	R\$ 532.981.680,00
<b>Faturamento das empresas graduadas</b>	R\$ 4.094.476,92

Fonte: ANPROTEC, 2012

- **Incubadoras de Base Tecnológica:** empresas cujos produtos, processos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas aplicadas e nos quais a tecnologia representa alto valor agregado;
- **Incubadoras Tradicionais:** que abriga empresas dos setores tradicionais da economia, as quais detêm tecnologia largamente difundida e queiram agregar valor aos produtos, processos ou serviços;
- **Incubadoras Mistas:** organização que abriga tanto empreendimentos de Base Tecnológica como de Setores Tradicionais;
- **Incubadoras sociais:** são incubadoras que apoiam empreendimentos oriundos de projetos sociais;
- **Incubadoras Cooperativas:** abrigam empreendimentos associativos em processo de formação e/ou consolidação.

Além disso, existem incubadoras de empresas de Agronegócios, Empresas Culturais, de Design, entre outros, que atendem aos setores específicos dos negócios que a compõem (BRASIL, 2013).

Na Figura 3 a seguir, apresenta a distribuição das incubadoras de empresas pelos setores de atuação. Observa-se que quase a metade de todas as incubadoras de empresas existentes é de tecnologia, seguida das tradicionais e as mistas, essas três são as mais populares no país, e as dos outros setores ainda não está muito difundida no País atualmente.

## 5.2 PROCESSO DE INCUBAÇÃO

O processo de incubação é um dos mecanismos mais eficazes para lançar e desenvolver novos empreendimentos. No Brasil e no mundo as estatísticas revelam que a taxa de mortalidade de empresas que passam pelo processo de incubação é reduzida de 70% para 20% em comparação com as empresas normais. A incubadora de empresas estimula o empreendedorismo na medida em que fortalece as empresas em seus primeiros anos de existência e as prepara para sobreviver no mercado. Outra razão para a maior chance de sucesso de empresas instaladas em uma incubadora é a captação dos melhores projetos e a seleção dos empreendedores mais aptos, o que amplia as possibilidades de sucesso dessas empresas (BRASIL, 2013).

A incubação na Universidade está prevista nos termos da Lei 10.973, que prevê a incubação física em laboratórios, sob a concordância





Figura 3 – Setores de atuação das incubadoras brasileiras.  
Fonte: Anprotec, 2011

dos referidos departamentos, de forma descentralizada. Após a construção da Agência de Inovação a incubação poderá também se dar sob a forma centralizada. Aqueles empreendimentos que derem origem a produtos e serviços inovadores poderão ser convidados a participarem do processo de incubação. As vagas para incubação obedecerão às limitações de espaço físico da Universidade.

Como ilustra a Figura 4 os processos de incubação, onde tem início na seleção das empresas que serão incubadas na incubadora de empresas. A incubadora geralmente publica um edital de seleção que regula a apresentação de propostas. É desejável que apresente os seguintes tópicos (MCT, 2000):

- Objetivo e condições do Programa de Incubação;
- Número máximo de vagas;
- Critérios e candidatos elegíveis;
- Lista dos Documentos exigidos;
- Compromisso dos participantes;
- Processo de Seleção;
- Taxas de inscrição (e de participação em curso preparatório, se houver);

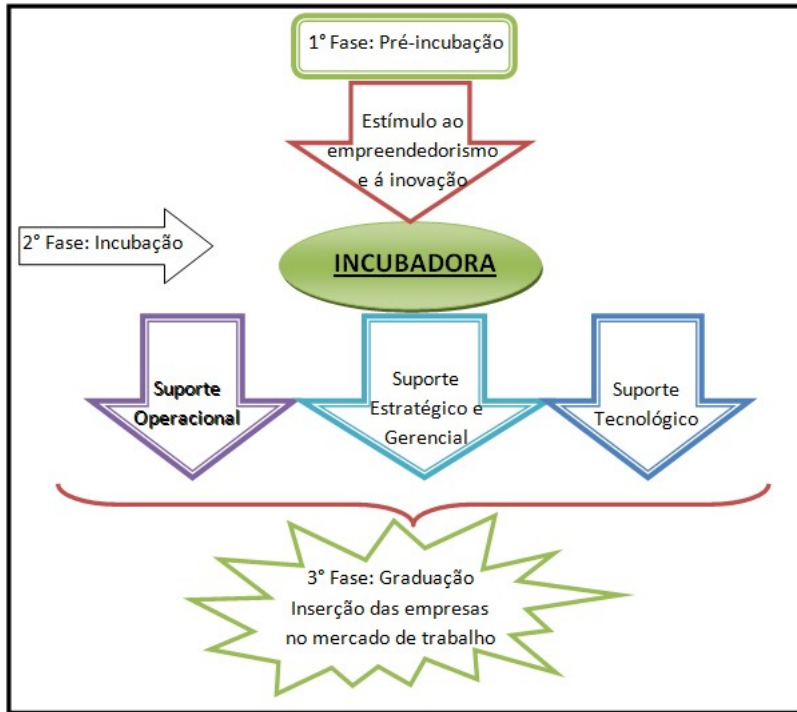


Figura 4 – Processo de Incubação.  
 Fonte: Adaptado de Anprotec, 2013

- Datas de divulgação dos resultados e condições gerais.

Após a fase de seleção a empresa passa para a fase da pré-incubação, onde empreendimento está em fase de constituição, devendo o mesmo ocupar espaço na Incubadora, Universidade ou Parceiros regionais (SEBRAE, 2010).

A pré-incubação tem desempenho destacado durante a incubação. Esse período pode ser de até seis meses, com o objetivo de afinar o plano de negócios, aumentando assim as chances de sucesso, e consequentemente, encurtar o prazo de incubação (LAHORGUE, 2007).

O Sebrae (2010) define que a fase de incubação é:

Empreendimento formalizado juridicamente que está instalado na incubadora. O Sebrae entende a denominação “residente” como incubação. Nes-

ta fase, são atendidas as empresas que já desenvolvem a operação de seu negócio e que possuem contrato de residência com a incubadora. A empresa residente pode utilizar todos os serviços e facilidades que a incubadora oferece. Geralmente dominam a tecnologia, o processo de produção, dispõe de capital mínimo assegurado e um Plano de Negócios bem definido que permita o início da operação de seu negócio.

Ou seja, nessa fase alguns serviços são ofertados à empresa incubada, como suporte operacional, suporte estratégico e gerencial, e suporte tecnológico, e acompanhamento por parte da equipe da incubadora para que ocorra o desenvolvimento da empresa.

As empresas passam para o status de graduadas quando elas foram constituída, que passaram pelo prazo máximo de incubação ou que já estejam preparadas para atuar no mercado, ou seja, emancipadas (SEBRAE, 2010). Assim a empresa sai da incubadora fortalecida e se gradua, ou seja, se insere no mercado. Depois de graduada pode manter ou não vínculo com a incubadora.

### 5.3 INCUBADORAS EM SANTA CATARINA

Um dos pioneiros na implantação de incubadoras de empresas no Brasil, o estado de Santa Catarina vem integrando esforços para ampliar, de forma consciente e racional, o número de incubadoras nas diferentes regiões do estado e, ao mesmo tempo, contribuir para a consolidação daquelas que estão em funcionamento. Neste sentido, todas as ações, implementadas ou planejadas, estão fundamentadas em três princípios básicos (RECEPET, 2013):

- Sinergia;
- Desconcentração; e
- Inovação.

Segundo a Receptet (2013), há 20 anos era importante o estímulo à criação de incubadoras com o objetivo único e imediato de geração de empresas. Atualmente, as incubadoras catarinenses estão atuando de forma mais pró-ativa, passando a exercer o papel de catalisadoras do desenvolvimento econômico, social e tecnológico da região nas quais elas estão inseridas. Nesse sentido, as incubadoras de Santa Catarina estão

apoiando empresas que atendam, de maneira inovadora, às necessidades do mercado globalizado.

Estes três princípios (sinergia, desconcentração e inovação) têm sido a base para a definição das ações da Rede Catarinense de Entidades Promotoras de Empreendimentos Tecnológicos (ReCEPET) , a qual vem atuando em estreita cooperação com diferentes instituições catarinenses.

Dentre as instituições de apoio, vale destacar o apoio da FAPESC, do SEBRAE-SC, da ANPROTEC, e outros, no processo de consolidação da ReCEPET. Para que esta rede de atores obtenha os resultados atuais, tem sido preponderante o papel das Instituições de Ensino Superior no sentido de garantir a operação de incubadoras de empresas de sucesso (RECEPET, 2013).

Na Figura 5 é apresentada as incubadoras de empresas ativas no Estado de Santa Catarina no ano de 2012, onde esses dados foram disponibilizados pela FAPESC para este trabalho. Todas essas incubadoras receberam apoio da FAPESC para a sua criação e manutenção, que parte de R\$ 25.000,00 como a Incubadora INCTECh de CHAPECO e vai até R\$ 550.000,00 como as Incubadoras MIDI TECNOLÓGICO de Lages e a Incubadora INOVAPARQ de Joinville.

A criação das Incubadoras ilustradas na Figura 5 foi do ano de 1986 - a pioneira CELTA - até o ano de 2012 - a mais recente Incubadora INOVAPARQ de Joinville. E durante esses 26 anos mais de 200 empresas foram graduadas e possui quase 300 empresas em processo de incubação, e através desses dados foram criados aproximadamente 1.850 novos empregos. A Tabela completa desses dados encontra-se em Anexo A.

Na Figura 6 estão apresentadas as incubadoras ativas do ano de 2012 e que não possuem apoio da FAPESC.

Já na Figura 7 é exposto as incubadoras de empresas que até o ano de 2012 não obtiveram sucesso, e foram desativadas. Um exemplo delas foi a incubadora Inovasul, instalada na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul).

A ReCEPET tem como metas e objetivos os seguintes valores (RECEPET, 2013):

- Promover ações de educação e desenvolvimento institucional e atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos;
- Contribuir para o aperfeiçoamento e expansão das Incubadoras e para o crescimento e afirmação da ANPROTEC;
- Incentivar a integração entre as entidades que compõem a ReCE-

Nome Incubadora - ATIVAS	Empregos
INCUBADORA CELTA - Florianópolis	740
INSTITUTO GENE - Blumenal	65
MIDI TECNOLÓGICO - Florianópolis	120
INCUBADORA SOFTVILLE - Joinville	64
INCUBADORA CRIE - Tubarão	12
MIDI TECNOLÓGICO - Lages	36
INCUBADORA PEDRA BRANCA - Palhoça	50
INCUBADORA UNINOVA - Itajaí	36
PRE-INCUBADORA - Brusque	25
INCUBADORA INCTECh - Chapecó	30
INCUBADORA CITEB - Biguaçu	25
INCUBADORA INCET - Itá	92
INCUBADORA IFETEP - São Bento do Sul	44
INCUBADORA SC GAMES - Florianópolis	9
INCUBACITA - Itapema	49
INCUBADORA GTEC - Rio do Sul	25
INCUBADORA ITL - Lazerna	10
INCUBADORA ADERI - Iberama	15
INCUBADORA JARAGUATEC - Jaraguá do Sul	99
INCUBADORA FETEC - Caçador	55
INCUBADORA MAFRATEC - Mafra	11
INCUBADORA COMPARTILHADA - Mafra	10
INCUBADORA TECNOLÓGICA - Concórdia	11
INCUBADORA TEC TRADICIONAL - Palmitos	10
INCUBADORA RINITEC - Rio Negrinho	9
INCUBADORA MISTA - Saudades	80
INCUBADORA MISTA DE SEARA - Chapecó	20
INCUBADORA TECPLAN - Três Barras	14
INCUBADORA INCEVALE - Tijucas	50
INCUBADORA INSITE - Criciúma	20
INCUBADORA INOVAPARQ - Joinville	15
<b>TOTAL de 31 Incubadoras</b>	<b>1.851 empregos</b>

Figura 5 – Incubadoras Ativas no Estado de Santa Catarina

Fonte: FAPESC - Incubadoras Ativas, 2012

PET;

- Promover o intercâmbio de experiências, informações e cooperação técnica entre Incubadoras, Parques Tecnológicos e outras entidades de geração de novos empreendimentos e formação de empreendedores;

<b>INCUBADORAS ATIVAS</b>
<b>Incubadora ITEC-IN -UNESC</b>
<b>Pré-Incubadora UNIVALI -BC</b>
<b>Incubadora ITCP -BLUMENAU</b>
<b>Incubadora -COOPERGASPAR</b>
<b>Incubadora INPRETEX -INDAIAL</b>
<b>Incubadora IBTC -CONCÓRDIA</b>
<b>Incubadora ITCP -CHAPECÓ</b>
<b>TOTAL de 7 Incubadoras</b>

Figura 6 – Incubadoras ativas no Estado de Santa Catarina sem o apoio da FAPESC

Fonte: FAPESC, 2012

<b>INCUBADORAS DESATIVADAS</b>	<b>Universidade ou Instituto</b>
<b>Incubadora Virtual i9 -Lages</b>	<b>UNIPLAC</b>
<b>Pré-Incubadora -São Miguel do Oeste</b>	<b>FUND.UNOESC</b>
<b>Incubadora ITEB</b>	<b>UFSC</b>
<b>Incubadora De Negócios -Videira</b>	<b>UNOESC</b>
<b>Incubadora IAC -Concórdia</b>	<b>UnC</b>
<b>Pré-Incubadora agronegócios</b>	<b>UFSC</b>
<b>Incubadora CTAI -Florianópolis</b>	<b>SENAI</b>
<b>Incubadora Tecnovale -Joaçaba</b>	<b>UNOESC</b>
<b>Incubadora de empresas -São José</b>	<b>UNIVALI/AEMFLO</b>
<b>Incubadora CETEC -Curitibanos</b>	<b>UnC</b>
<b>Contestec-Canoinhas</b>	<b>SENAI/SEBRAE/ACIC</b>
<b>Incubadora Inovasul -Araranguá</b>	<b>UNISUL/SDR</b>
<b>Incubadora Geness</b>	<b>Lab.De TIC da UFSC</b>
<b>Midi-Oeste -Chapecó</b>	<b>SENAI/IEL</b>
<b>Midi-Sul -Criciúma</b>	<b>SENAI-IEL</b>
<b>SOPOLIS -Florianópolis</b>	<b>IEL-SC / CNPq</b>
<b>Tecnopark -Rio do Sul</b>	<b>Prefeitura-Unidavi</b>
<b>TOTAL de 17 Incubadoras</b>	

Figura 7 – Incubadoras Desativadas no Estado de Santa Catarina

Fonte: FAPESC, 2012

- Promover ações de desenvolvimento tecnológico, incentivo à forma-

ção de novos empreendimentos tecnológicos e de apoio a programas de desenvolvimento do empreendedorismo;

- Divulgar, de forma conjunta, os produtos, serviços e projetos ofertados e gerados pelas entidades que a compõem e por outras entidades com finalidades similares;
- Incentivar parcerias com empresas vinculadas ou não às Incubadoras e com Parques Tecnológicos ou outras entidades afins, visando ao desenvolvimento conjunto de projetos tecnológicos; e
- Defender os interesses das Incubadoras, parques Tecnológicos ou e outras entidades a ela associadas junto às instituições oficiais, privadas e à comunidade em geral.

O movimento de incubadoras de empresas no estado de Santa Catarina vem crescendo de forma contínua e consistente ao longo dos últimos anos, em 2006 foi realizada uma pesquisa detalhada com as incubadoras de base tecnológica associadas à ReCEPET. Na época existiam dezesseis (16) incubadoras em efetiva operação em nosso estado, distribuídas em todo o estado. As incubadoras associadas à ReCEPET fornecem apoio a 113 empresas, com destaque para a área de Tecnologia da Informação e da Comunicação. Estas empresas possuem um faturamento total de aproximadamente R\$ 50 milhões por ano, gerando 818 empregos diretos e atendendo 3.132 clientes em todo o território nacional (RECEPET, 2013).

Segundo a Receptet (2013):

Para ampliar a taxa de sucesso das empresas incubadas, 80% realiza um processo sistemático e periódico de acompanhamento das empresas incubadas, utilizando critérios pré-definidos. Um aspecto importante revelado pela pesquisa é que 90% das incubadoras mantém um vínculo formal com Instituições de Ensino e Pesquisa (convênio, participação no conselho, entidade mantenedora, etc.). Isto contribui para a ampliação da interação entre universidade e empresas, aumentando o número de produtos e serviços inovadores.





## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTAS PARA TRABALHOS FUTUROS

O resultado da pesquisa cujo objetivo geral foi o de analisar as políticas públicas utilizadas para a formação de incubadoras de empresas de base tecnológica no estado de Santa Catarina, identificando a sua importância no processo de criação e manutenção da incubadora. Para tanto estabeleceu objetivos específicos visando-se atingir o objetivo principal.

Em termos conclusivos podemos afirmar que o objetivo de situar historicamente o surgimento de incubadoras no Brasil foi atendido no capítulo 5 do trabalho, onde se faz um embasamento da história das incubadoras no Brasil, iniciando nos primeiros anos da década de 1980, juntamente com a criação da ANPROTEC, e apresentado ao final uma tabela com os dados em números mais recentes encontrados, da situação de incubadoras no País.

E no mesmo capítulo é explanado o objetivo de analisar a formação da rede de incubadoras no estado de Santa Catarina, e que obteve a formação da Rede Catarinense de Entidades Promotoras de Empreendimentos Tecnológicos - ReCEPET, que teve grande influência na expansão das Incubadoras, forneceu apoio a mais de 100 empresas e que gerou R\$ 50 milhões de faturamento por ano. Foi apresentada ainda uma tabela com as incubadoras em atuação no ano de 2012 e que possuíam apoio da FAPESC.

Analisando a importância das políticas públicas de inovação na estruturação da rede, foi apresentado no capítulo 3, onde foram analisadas as políticas públicas em forma de linha do tempo, e apresentado ao final as suas contribuições para a criação e consolidação das incubadoras de empresas. A ENCTI recebe uma atenção especial, pois junto a ela foi integrada o PNI, que é um programa voltado a incubadoras e que tem como objetivo fomentar a consolidação de incubadoras de base tecnológicas.

E por fim, o objetivo de identificar os instrumentos de financiamento utilizados para formação da rede de incubadoras, foi apresentado no capítulo 4, onde foram buscadas informações sobre as maiores fontes de financiamentos e que disponibilizam apoio as incubadoras, tanto a FINEP, SEBRAE, e o BNDES estão investindo fortemente cada vez mais em inovação.

Como ilustra a Tabela 3, resumidamente, estão dispostos os dados sobre a criação de incubadoras e as novas incubadoras que surgiram

Tabela 2 – Número de incubadoras em operação no Brasil no período de 2003 a 2009

<b>ANO</b>	<b>Nº DE INCUBADORAS</b>	<b>NOVAS INCUBADORAS</b>
<b>2003</b>	207	24
<b>2004</b>	283	76
<b>2005</b>	339	56
<b>2006</b>	359	20
<b>2007</b>	377	18
<b>2008</b>	393	16
<b>2009</b>	400	7

Fonte: Panorama Anprotec, 2009

a cada ano, onde foram analisados os anos de 2003 á 2009, e teve como fonte o panorama da Anprotec, que foi divulgado a cada ano.

Em comparação às políticas públicas de inovação pode-se observar que houve um aumento considerável a economia brasileira no ano de 2004 para 2005, no qual se relaciona com a política PITCE, a qual investia em inovação e tecnologia fortemente, e onde foram criadas aproximadamente 80 incubadoras, dos mais diversos segmentos. Já nos anos seguintes, pode-se observar uma grande queda no estímulo de criação de incubadoras o qual compreende os anos de atuação do PACTI.

Concluindo assim que, as políticas de inovação possuem grande importância para a criação e consolidação das incubadoras, pois, através delas as incubadoras poderão encontrar alguma fonte de financiamento que ajudará as mesmas.

Para trabalhos futuros pode-se sugerir o estudo quantitativo para identificar quantas incubadoras foram criadas a partir da mais nova Política - ENCTI, pois neste trabalho não foi possível identificar por falta de informações.

## REFERÊNCIAS

- ABDI. *Plano Brasil Maior*. 2013. <<http://www.abdi.com.br/paginas/pdp.aspx>>.
- ANPEL. *Os novos instrumentos de apoio à inovação: uma avaliação inicial*. Brasília: Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento, 2008.
- ANPROTEC. *Estudo, Análise e Proposições sobre as Incubadoras de Empresas no Brasil*. Brasília, 2012.
- BNDES. *Política de Atuação no Apoio à Inovação*. 2013. <[www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)>.
- BRASIL, P. *Economia*. 2013. <<http://www.brasil.gov.br>>.
- BRASIL, R. F. do. Política de desenvolvimento produtivo. In: *Balço de Atividades 2008 – 2010*. [S.l.: s.n.], 2010.
- CARVALHO, L. F.; DIAS, C. Modelo de gestão de incubadoras de empresas: implementação do modelo. In: *Panorama Mundial de Incubadoras*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2002.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. *Metodologia Científica*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CNI. Políticas públicas de inovação no Brasil a agenda da indústria. In: *Confederação Nacional da Indústria*. Brasília: Unidade de Competitividade Industrial – COMPI, 2005. p. 19.
- CONFAP. *Apresentação*. 2013. <<http://www.confap.org.br>>.
- DANTAS, M.; CALVACANTE, V. *Pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- FAPESC. Relatório de atividades 2012. In: *Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina*. [S.l.: s.n.], 2012.
- FAPESC. *Histórico*. 2013. <<http://www.fapesc.sc.gov.br>>.

FEDERAL, G. *Leis federais e estaduais para incentivo de ciência, tecnologia e inovação no Brasil*. 2013. <<http://www.senado.gov.br>>.

FELIPE, E. S.; PINHEIRO, A. de O. M.; RAPINI, M. S. A convergência entre a política industrial, de ciência, tecnologia e de inovação: Uma perspectiva neoschumpeteriana e a realidade brasileira a partir dos anos 90. *PESQUISA & DEBATE*, v. 22, p. 265–290, 2011.

FINEP. *Manual de Oslo*. [S.l.], 2013.

FINEP. Seleção pública de propostas para apoio a parques tecnológicos no Âmbito do programa nacional de apoio às incubadoras de empresas e parques tecnológicos – pni. In: *CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP/Ação Transversal – Inova Empresa - PNI/Parques Tecnológicos 02/2013*. [S.l.: s.n.], 2013.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, M. *Processo de Comunicação da Informação nas Empresas da Incubadora Tecnológica do Instituto Gênesis da Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal Fluminense, 2006.

IPEA. Políticas de apoio á inovação no brasil: Uma análise de sua evolução recente. In: *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. [S.l.: s.n.], 2012.

JUNIOR, J. M. et al. *Administração de produção*. Curitiba: IESDE Brasil S.a, 2012.

LABNITA. *Incubadoras de Empresas*. 2013. <<http://labnita.paginas.ufsc.br>>.

LAHORGUE, M. A. Incubadoras de empresas no brasil, quadro a partir das avaliações realizadas no período de 2000-2007. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Programa de Pós-Graduação em Economia*. Porto Alegre, 2007.

MACEDO, P. P. D. *Avaliação de Empresas de Base Tecnológica Candidatas á Incubação – O Caso Celta*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

MAIOR, G. E. do P. B. Brasil maior. In: *Balanço Executivo*. Brasília: [s.n.], 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: São Paulo, 2010.

MARZANO, F. M. *Políticas de inovação no Brasil e nos Estados Unidos: a busca da competitividade – oportunidades para a ação diplomática*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

MATOS, M. P.; ARROIO, A. Políticas de apoio a micro e pequenas empresas no Brasil: Avanços no período recente e perspectivas futuras. In: *Naciones Unidas Cepal*. [S.l.: s.n.], 2011.

MCT. *Manual para a implantação de Incubadoras de Empresas*. Brasil, Novembro 2000.

MCTI. Diretrizes de política industrial, tecnológica e de comércio exterior. In: *Diretrizes*. [S.l.: s.n.], 2003.

MCTI. Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento nacional. In: *Plano de Ação 2007-2010*. [S.l.: s.n.], 2010.

MCTI. *Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015*. Secretaria Executiva, MCT, 2012.

MCTI. *Lei de Inovação*. Brasília: [s.n.], 2013.  
<<http://www.mct.gov.br>>.

MCTI. *PNI - Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos*. 2013.  
<<http://www.mct.gov.br>>.

MCTI. *TI Maior terá investimentos de R\$ 500 milhões*. Brasília: [s.n.], 2013. <[www.mct.gov.br](http://www.mct.gov.br)>.

MOLINA, T. S. *O ARCABOUÇO REGULATÓRIO DA BASE LOGÍSTICA DE DEFESA: Interesses internos e as novas diretrizes brasileiras*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal Fluminense, 2011.

MORAIS, N. E.; SILVA, T. A. A. e; OLIVEIRA, A. R. de. Uma análise sobre as práticas de gestão das incubadoras da universidade do estado do rio de janeiro a partir do modelo cerne. *Revista de Gestão e Operações Produtivas*, v. 3, p. 1–20, 2012.

NBIA. *About National Business Incubation Association*. 2013.  
<<http://www.nbia.org>>.

PACHECO, C. A.; ALMEIDA, J. G. A política de inovação. In: *Instituto de Economia UNICAMP*. Campinas: [s.n.], 2013.

RECEPET. *Histórico*. 2013. <<http://www.recepnet.org.br>>.

SALERNO, M. S.; DAHER, T. Política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo federal (pitce). In: *Balanço e Perspectivas*. Brasília: [s.n.], 2006.

SBRAGIA; ANDREASSI. *Inovação: Como vencer esse desafio empresarial*. [S.l.]: São Paulo, 2006.

SEBRAE. *Incubadoras têm mais um instrumento para apoio técnico-financeiro*. 2008. <<http://www.aevale.com.br>>.

SEBRAE. *Programa Sebrae-SP de Incubadoras de Empresas*. São Paulo, 2010.

SEBRAE. Taxa de sobrevivência das empresas no brasil. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Coleção Estudos e Pesquisas*. Brasília, 2011.

SEBRAE. Análise do emprego. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Núcleo de Estudos e Pesquisas*. [S.l.], 2013.

SEBRAE. *O que é o Sebrae*. 2013. <<http://www.sebrae.com.br>>.

SEBRAE. Sobrevivência das empresas no brasil. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Unidade de Gestão Estratégica – UGE*. Brasília, 2013.

SILVEIRA, L. H. D. Lei nº 14.328. In: GOVERNO DE SANTA CATARINA. *Governamental*. Florianópolis, 2008.

SILVEIRA, L. H. D. *LEI Nº 14.328, de 15 de janeiro de 2008*. 2008. <<http://www.fapesc.sc.gov.br>>.

SILVEIRA, L. H. da. Política catarinense de ciência, tecnologia e inovação. In: *Governo do Estado de Santa Catarina*. [S.l.: s.n.], 2010.

STAINSACK, C. *Estruturação, organização e gestão de incubadoras*. Dissertação (Mestrado) — Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, 2003.

## **ANEXO A – Anexo**





Nome Incubadora - ATIVAS	Município	Criação	Nº emp	Gradua	Empregos	Apoio Fapesc
INCUBADORA CELTA	Florianópolis	1986	32	68	740	170.100,00
INSTITUTO GENE	Blumenau	2002	22	22	65	130.000,00
MIDI TECNOLÓGICO DE FPOLIS	Florianópolis	1998	24	54	120	142.000,00
INCUBADORA SOFTVILLE	Joinville	1993	21	19	64	40.000,00
INCUBADORA CRIE	Tubarão	2005	6	4	12	200.000,00
MIDI TECNOLÓGICO DE LAGES	Lages		11		36	550.000,00
INCUBADORA PEDRA BRANCA - INAITEC	Palhoça		9		50	311.000,00
INCUBADORA UNINOVA	Itajai		10		36	186.000,00
PRE-INCUBADORA DE BRUSQUE	Brusque		2	2	25	102.000,00
INCUBADORA INCTech - CHAPECO	Chapeco		12		30	25.950,00
INCUBADORA CITEB - BIGUAÇU	Bigauçu		10	1	25	109.900,00
INCUBADORA INCET - ITÁ	Itá	2005	5		92	40.000,00
INCUBADORA IFETEP - S. BENTO DO SUL	São Bento do Sul		7	4	44	305.000,00
INCUBADORA SC GAMES - FPOLIS	Florianópolis		1		9	80.000,00
INCUBACITA - ITAPEMA	Itapema		6	1	49	70.000,00
INCUBADORA GTEC - RIO DO SUL	Rio do Sul	2004	9	1	25	534.105,00
INCUBADORA ITL -	Luzerna		6		10	250.000,00
INCUBADORA ADERI - IBIRAMA	Ibirama		8	9	15	250.000,00
PRE-INCUBADORA JARAGUATEC	Jaraguá		18	15	99	356.000,00
INCUBADORA FETEC - CAÇADOR	Caçador		12	2	55	258.500,00
INCUBADORA MAFRATEC - MAFRA	Mafra	2010	4		11	100.000,00
INCUBADORA GESTÃO COMPARTILHADA	Mafra	2010	2		10	75.000,00
INCUBADORA TECNOLÓGICA CONCORDIA	Concordia		3		11	298.500,00
INCUBADORA TEC TRADICIONAL PALMITOS	Palmitos	2011	7		10	111.142,00
INCUBADORA RINITEC - RIO NEGRINHO	Rio Negrinho	2010	4		9	100.000,00
INCUBADORA MISTA DE SAUDADES	Saudades		7		80	117.037,00
INCUBADORA MISTA DE SEARA	Chapecó	2011	10		20	499.280,00
INCUBADORATECPLAN - TRES BARRAS	Tres Barras	2011	3		14	130.000,00
INCUBADORA INCEVALE - TIJUCAS	Tijucas		11	2	50	186.760,00
INCUBADORA INSITE - CRICIUMA	Criciúma	2011	6		20	250.000,00
INCUBADORA INOVAPARQ - joinville	Joinville	2012	6		15	550.000,00
<b>TOTAL: 31</b>			<b>292</b>	<b>204</b>	<b>1.851</b>	<b>6.088.274,00</b>

Figura 8 – Incubadoras Ativas do Estado de Santa Catarina

Fonte: FAPESC, 2012